

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH
Graduação em História – GH

Jonas Moisés Prates

**DISPUTAS OLIGARQUICAS EM SANTA CATARINA NA PRIMEIRA
REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930): ASCENSÃO E INFLUÊNCIA DA
FAMÍLIA RAMOS**

Florianópolis

2021

Jonas Moisés Prates

DISPUTAS OLIGARQUICAS EM SANTA CATARINA NA PRIMEIRA
REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930): ASCENSÃO E INFLUÊNCIA DA
FAMÍLIA RAMOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado e Bacharel em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Sob orientação da Professora Doutora Roselane Neckel.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Prates, Jonas Moisés

Disputas Oligárquicas em Santa Catarina na Primeira República Brasileira (1889-1930) : Ascensão e Influência da Família Ramos / Jonas Moisés Prates ; orientadora, Roselane Neckel, 2021.

72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. História Política. 3. Família Ramos. 4. Coronelismo. 5. Lages. I. Neckel, Roselane. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 14 horas, por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof.^a **Roselane Neckel** (orientadora), Prof. **Paulo Pinheiro Machado** (membro) e Prof. **Diego Lunardelli** (membro), designados pela Portaria TCC nº 28/HST/CFH/2021, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Jonas Moisés Prates**, intitulado: "**Disputas Oligárquicas em Santa Catarina na Primeira República Brasileira (1889-1930): Ascensão e influência da família Ramos**". Aberta a Sessão pela Senhora Presidenta, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof.^a **Roselane Neckel**, nota 10,0, Profa. **Paulo Pinheiro Machado**, nota 10,0, Prof. **Diego Lunardelli**, nota 10,0, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 29 de setembro de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 22 de setembro de 2021.



Documento assinado digitalmente
Roselane Neckel
Data: 22/09/2021 16:39:03-0300
CPF: 641.354.119-91
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a. (Orientadora):.....



Documento assinado digitalmente
Paulo Pinheiro Machado
Data: 22/09/2021 18:12:05-0300
CPF: 415.676.840-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Membro):.....



Documento assinado digitalmente
Diego Lunardelli
Data: 22/09/2021 16:52:24-0300
CPF: 074.902.859-92
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(Membro):.....



Documento assinado digitalmente
JONAS MOISES PRATES
Data: 27/09/2021 20:29:47-0300
CPF: 102.034.659-03
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidato):.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Jonas Moisés Prates, matrícula n.º 13201568, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Disputas Oligárquicas em Santa Catarina na Primeira República Brasileira (1889-1930): Ascensão e Influência da Família Ramos", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 28 de setembro de 2021.



Documento assinado digitalmente
Roselane Neckel
Data: 28/09/2021 10:55:59-0300
CPF: 641.354.119-91
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientadora

Para Láysa.

AGRADECIMENTOS

A elaboração e escrita de um trabalho de conclusão de curso por si só já se revela uma exaustiva e, muitas vezes, também penosa tarefa, a qual nos lançamos em desafio, movidos pelo desejo de alcançar o diploma e realizar um sonho que, verdadeiramente, não é apenas nosso, mas de toda a família. Assim sendo, meu primeiro agradecimento é direcionado as duas pessoas mais importantes em minha vida, meus pais, Flávio e Loreni, por continuarem acreditando em mim e serem um porto seguro no qual posso me abrigar quando o vento e o mar se tornam demasiado bravios para navegar. Amo vocês!

Sempre tive a certeza de minha escolha quando iniciei a graduação em História, mas seria mentira de minha parte se aqui afirmasse que nunca houve um momento em que meu animo para seguir adiante não esmoreceu e vacilou. Porém, quando isso aconteceu, a dedicação e incentivo dos professores na graduação se tornaram fundamentais para meu segmento na jornada. Tive o privilégio e o prazer de contar com grandes mestres, aos quais dedico toda a admiração e respeito, em especial a professora Roselane Neckel, por ter enriquecido minha pesquisa com suas aulas na disciplina de História de Santa Catarina e aceitar meu convite para me orientar na composição deste trabalho. Por seu empenho e paciência, professora, o meu muito obrigado!

Também deixo registrado meu agradecimento aos amigos que me acompanharam nessa caminhada, aos quais estarei irmanado enquanto viver. Não citarei nomes, pois são muitos e não quero cometer a injustiça de esquecer alguém, mas a lembrança de todos estará guardada em minha memória e levarei com grande carinho sua amizade em meu coração. Por fim, como uma pessoa de fé, não posso deixar de expressar minha maior gratidão a Deus, que tem sido meu guia e socorro bem presente. A Ele toda honra e toda glória hoje e eternamente!

“A sabedoria oferece proteção,
como faz o dinheiro,
mas a vantagem do conhecimento é esta:
a sabedoria preserva a vida de quem a possui”.

Livro de Eclesiastes, capítulo 7, versículo 12.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso versa sobre a atuação política de integrantes da família Ramos em diferentes esferas do poder público no período da Primeira República Brasileira (1889-1930), observando as estruturas de poder que sedimentaram sua ascensão, em especial ao tipo de coronelismo praticado em Lages, seu berço político. Para tal objetivo, nos dedicamos a uma análise da formação socioeconômica da região serrana de Santa Catarina desde a época colonial, com destaque para sua composição populacional e o papel desempenhado pela pecuária em seu desenvolvimento. Também atentamos para as origens históricas da família Ramos, de ascendência açoriana, imigrados para Santa Catarina na segunda metade do século XVIII e estabelecidos em Lages a partir de 1812, compondo uma intrincada rede de parentesco com outras importantes greis familiares que pavimentou seu caminho para a política catarinense. Como atores políticos, os Ramos exerceram grande influência nas transformações ocorridas no estado durante a transição do Império para a República e, notadamente, na questão do Contestado. Por fim, o estudo de suas relações com outros personagens renomados desse período, como Lauro Müller e Hercílio Luz, também são de máxima importância na elaboração deste trabalho.

Palavras-chave: História Política; Coronelismo; Família Ramos; Lages; Contestado.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper deals with the political performance of members of the Ramos family in different spheres of public power in the period of the First Brazilian Republic (1889-1930), observing the power structures that sedimented its rise, especially the type of coronelismo practiced in Lages, its political cradle. For this purpose, we dedicated ourselves to an analysis of the socioeconomic formation of the mountainous region of Santa Catarina since the colonial period, highlighting its population composition and the role played by livestock in its development. We also pay attention to the historical origins of the Ramos family, of Azorean descent, who immigrated to Santa Catarina in the second half of the 18th century and settled in Lages in 1812, composing an intricate network of kinship with other important family villages that paved their way to the Santa Catarina policy. As political actors, the Ramos exerted great influence in the transformations that occurred in the state during the transition from Empire to Republic and, notably, in the Contestado issue. Finally, the study of his relationships with other renowned characters from that period, such as Lauro Müller and Hercílio Luz, are also of utmost importance in the elaboration of this work.

Keywords: Political History; Coronelismo; Ramos Family; Lages; Disputed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA CATARINENSE.....12

CAPÍTULO I – Os Primórdios de Lages e a Chegada da Família Ramos

1.1. Ocupação e Povoamento do Planalto Serrano Catarinense.....23

1.2. Origens da Família Ramos.....28

1.3. O Coronelismo Serrano.....32

CAPÍTULO II – A República em Santa Catarina

2.1. A Transição Republicana.....37

2.2. O Partido Republicano Catarinense e a Questão de Limites.....42

2.3. A Reforma do Ensino.....48

CAPÍTULO III – Novas Lideranças

3.1. O Domínio Hercilista.....51

3.2. Os Ramos na “Revolução de 1930”.....57

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....68

REFERÊNCIAS.....70

Introdução – Por uma História Política Catarinense

O tema proposto no presente trabalho remete a uma discussão que vem permeando os debates históricos há algum tempo. A inserção de períodos mais recentes no alcance de análise do historiador, através da chamada “História do Tempo Presente”, proporciona um novo entendimento e, por consequência, uma nova abordagem científica em torno de questões até então excluídas e/ou marginalizadas no campo historiográfico. Entre seus desenvolvimentos está o retorno, após um período de ostracismo, da História Política enquanto uma corrente de estudos, na qual a esfera do político assume autonomia e dimensões próprias.

A História Política ocupou um lugar de destaque durante a Idade Moderna, servindo como um instrumento para exaltação dos monarcas absolutistas. Mesmo após as revoluções que derrubaram os tronos do Antigo Regime, segundo Rémond (2003)¹, a História Política apenas mudou seu objeto da pessoa do soberano para o Estado e a Nação, destacando as lutas pela emancipação e unidade dos Estados Nacionais. O ensino de história estava, então, calcado no âmbito das grandes narrativas, voltadas para a glorificação das principais realizações de personagens notórios, limitando-se a simplesmente descrever os eventos passados, não considerando relevante a problematização dos fatos e excluindo a massa de trabalhadores (camponeses e operários). Em suma, tratava-se de uma história eminentemente elitista, biográfica e factual:

Ao privilegia [*sic*] o nacional, o particular, o episódico, a história política privava-se da possibilidade de comparação no espaço e no tempo e mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica. Era uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando multidões trabalhadoras.²

A hegemonia da História Política sofrerá contestações no início do século XX, a partir de importantes mudanças na conjuntura internacional, com o advento da democracia liberal, a organização do movimento operário e a difusão do socialismo (que coloca a luta

¹ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Tradução de Dora Rocha. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

² FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. Estudos Históricos, n. 10, 1992, p.266.

de classes como o motor da história). Também uma nova geração de historiadores emergiu, para os quais a História Política, repleta de imperfeições, deveria ser abolida. A fundação da revista francesa *Annales*, em 1929, é um marco desse processo, ao privilegiar uma concepção de história onde o econômico e o social dominariam, em detrimento do político. Para a Escola dos *Annales* o tempo histórico apresenta ritmos diferentes, sendo que “as estruturas duráveis, os movimentos de longa duração e os comportamentos coletivos seriam de maior importância e determinantes sobre o curso da história do que os acidentes de conjuntura, os movimentos de curta duração e as atuações individuais”³.

No decorrer de sua trajetória, a Escola dos *Annales* passou por três fases distintas, conforme Burke (1997)⁴. A primeira, entre 1929 e 1945, é identificada com seus fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch. Na segunda fase (1945-1968), iniciada logo após a Segunda Guerra Mundial e dominada pela presença de Fernand Braudel, o movimento viveu seu auge, mantendo duras críticas a historiografia tradicional. A partir da terceira, iniciada em 1968, a Escola receberá uma identificação mais plural, com alguns de seus integrantes passando da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros redescobriram a História Política. Entre os autores responsáveis por esse resgate merecem destaque René Rémond (já citado), Serge Berstein, Pierre Rosanvalon, Jean Pierre Rioux, Phillipe Levillan, Minchael Winock e Antoine Prost. A *Fondation Nationale des Sciences Politiques* e a Universidade de Paris X – Nanterre constituíram o núcleo inicial desse processo de renovação, servindo como espaços de integração para especialistas de origens e formações diversas.

O retorno da História Política está ligado a expansão do universo político atual, através da redefinição do papel atribuído ao Estado na sociedade contemporânea. Para Rémond (2003), as crises persistentes nas economias liberais levaram a adoção de uma postura mais intervencionista pelo Estado, que passou a desenvolver e implementar políticas públicas, acarretando no aumento de suas atribuições e, assim, na ampliação do domínio da ação política. Esse alargamento da atuação estatal é acompanhado pela ideia de que o político possui consistência própria e dispõe de certa autonomia em relação a outras instancias da realidade social:

³ ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas Neoliberais no Brasil: As Privatizações nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 427 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2010, p. 38.

⁴ BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

Todas as pesquisas realizadas nos últimos trinta anos sobre os processos de tomada de decisão [...] levaram à percepção da relativa autonomia das decisões políticas em relação aos constrangimentos que sempre se impõem. Não é verdade que elas sejam de certa forma ditadas por necessidades de ordem econômica. Não chegaria a dizer que são frutos do acaso, mas sim que há uma margem de manobra para os políticos, que eles quase sempre podem fazer uma escolha entre várias políticas, e que essas escolhas são feitas por razões antes de tudo políticas. É por demais simplista imaginar que no fundo os políticos não passam de serviçais ou de executivos de grupos de pressão que lhes ditam suas decisões.⁵

A renovação da História Política, na proposta de René Rémond, toma como paradigma a concepção de história dos *Annales* e contesta as alegações de que seria apenas efêmera e superficial, ou de carecer do aporte de um volume documental passível de ser tratado estatisticamente. A “Nova História Política” apresenta-se revigorada, agrupando todos os quesitos fundamentais necessários para sua reabilitação: ampla, voltada para uma sociedade global, abordando todos os atores e aspectos da vida social, elegendo as massas populares como objeto central de estudo, perdendo assim seu caráter elitista; quantitativa, pois a participação de partidos políticos e as atuações políticas coletivas ao longo dos processos eleitorais poderiam fornecer dados estatísticos plenamente capazes de compor um rico arcabouço documental; e com uma pluralidade de ritmos, combinando um conjunto de fatos que se sucedem rapidamente, dotados de datas precisas, a outros inseridos em uma duração mais longa. Sobre este último ponto, Rémond escreve que a História Política:

[...] se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos.... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a

⁵ RÉMOND, René. Por que a história política? Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, volume 7, número 13, 1994, p. 16.

história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que a inspiram está ligada à longa duração.⁶

A pluridisciplinaridade ganha destaque nesse processo de renovação da História Política, estabelecendo um frutífero diálogo com diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, a filosofia, a linguística, a psicanálise, a antropologia, a cartografia, o direito público e outras, gerando ao historiador uma ampliação de saberes e possibilidades através do uso de novos conceitos e técnicas de investigação. Todavia, o eixo principal dessa pluridisciplinaridade é o contato com a ciência política, enfatizando o estudo sobre processos eleitorais, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais, o que vem “permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história”⁷. Assim, a História Política consegue explorar as muitas realidades de nossa sociedade:

[...] praticamente não há hoje muitas realidades de nossa história que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. Como então acreditar que seu renascimento possa ser apenas um veranico de maio?⁸

A Escola dos *Annales*, mediante o enfrentamento, desempenhou um papel decisivo para o amadurecimento da História Política, ao fazê-la entender que não podia se fechar em si mesma, no seu próprio casulo, e que necessitava de uma mudança completa em seus procedimentos e visões. Através desse processo de renovação da História Política, atualmente podemos observar o político enquanto uma instancia autônoma na sociedade, inclusive mesmo como um dos motores da mudança social.

⁶ RÉMOND, 2003, op. cit., p. 34-35.

⁷ FERREIRA, op. cit., p. 267.

⁸ RÉMOND, 2003, op. cit., p. 36.

A Historiografia Catarinense e a História Política

A produção de uma história sobre Santa Catarina teve início a partir de meados do século XVIII, sendo que seus primeiros autores, não raro, exerciam funções na máquina estatal e tinham como objetivo reunir informações históricas que subsidiassem a atuação governamental no território catarinense, a princípio da Coroa portuguesa e, posteriormente, do governo imperial brasileiro⁹. Já no final do século XIX, em 1896, pouco tempo depois da proclamação da República, é fundado o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), que será o principal *locus* da produção historiográfica estadual até a década de 1970, quando da criação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC)¹⁰.

A fundação do IHGSC tinha como finalidade a construção de uma identidade catarinense, através de uma perspectiva cívico-patriótica, o que tornava necessário buscar, na história de Santa Catarina, acontecimentos e personagens capazes de servir como exemplos admiráveis e virtuosos para as novas gerações¹¹. Os primeiros sócios do instituto eram membros da oligarquia catarinense, que também ocupavam importantes posições políticas no governo estadual. Assim, os eventos e nomes a serem enaltecidos pelas obras do IHGSC estavam intimamente ligados a elite dirigente do estado. Tratava-se, portanto, de um modelo de história tradicional ou, em outras palavras, de uma História Política Tradicional.

A partir do esquema elaborado por Peter Burke em sua obra *A Escrita da História*, a professora Cristina Scheibe Wolff estabeleceu uma classificação provisória da historiografia catarinense¹² que, no entanto, permanece muito atual e nos serve de grande utilidade. Segundo ela, é possível observar a existência de três grupos distintos, conforme suas abordagens, na produção historiográfica de Santa Catarina, sobre os quais vamos tratar rapidamente a seguir. O primeiro é a “abordagem estadual tradicional”, englobando

⁹ GONÇALVES, Janice; MATOS, Felipe. Entre a colheita e semeadura: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e a historiografia catarinense. In: RAMOS, Maria Bernadete; BRANCHER, Ana Lize (orgs). *Historiografia 35 anos*. Florianópolis; Letras Contemporâneas, 2011, p. 13.

¹⁰ *Ibidem*, p. 14.

¹¹ *Ibidem*, p. 15-16.

¹² WOLFF, Cristina S. *Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate*. Florianópolis: Revista Santa Catarina em História. UFSC, v. 1, n. 1, 2009, p. 52-61. - A publicação original do artigo é de 1994.

obras voltadas para uma descrição política da história catarinense e seguindo a orientação clássica que divide essa história em três períodos (Colônia, até 1822, Império, entre 1822 e 1889, e República, de 1889 em diante), de acordo com a periodização política nacional.

Tais obras dedicam a maior parte de sua atenção aos fatos políticos e militares que ocorreram em Santa Catarina, procurando exaltar as biografias de personagens ilustres da elite estadual:

Esta abordagem da historiografia catarinense pode muito aproximada daquela abordagem tradicional traçada por Burke. Além da grande importância dada à política e aos *grandes homens*, esta historiografia está adequada a todos os outros pontos levantados pelo autor: é uma história *vista de cima*, pretende-se objetiva, utiliza principalmente fontes oficiais escritas, atém-se basicamente a uma narrativa dos acontecimentos e às atuações individuais dos *grandes homens*.¹³

Em suma, a abordagem estadual tradicional está vinculada a História Política Tradicional, reproduzindo suas falhas e vícios. Porém, isso não significa, de maneira alguma, que as obras produzidas com este formato, a despeito de suas deficiências e limitações, não trouxeram importantes contribuições para o desenvolvimento da história no estado (o que continuam fazendo até hoje). Para a elaboração do presente trabalho, por exemplo, em muito contribuíram obras com uma abordagem tradicional, como *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984)*¹⁴ e *Dicionário Político Catarinense*¹⁵, ambas de Walter Fernando Piazza. Com edição pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), nestas obras o autor procura traçar uma linha cronológica sobre a história da política e dos políticos catarinenses, desde o período imediatamente anterior a independência do Brasil até a década de 1980. De maneira semelhante também segue Carlos Alberto Silveira Lenzi, em *Partidos e políticos de Santa Catarina*¹⁶, publicado pela editora da UFSC no ano de 1983. Pela mesma editora, em parceria com a ALESC, temos *Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*¹⁷, de Carlos Humberto Corrêa. Embora privilegiem

¹³ Ibidem, p. 55.

¹⁴ PIAZZA, Walter Fernando. *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984)*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

¹⁵ PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

¹⁶ LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

¹⁷ CORRÊA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

uma narrativa acrítica que exclui de suas páginas a maioria da população, em benefício de uma classe dominante, estas obras, por sua relativamente fácil disposição, ainda servem como referência a muitas das produções historiográficas mais recentes.

Seguindo com o esquema classificatório da professora Wolff, o segundo grupo encontrado na historiografia catarinense é o da “abordagem local tradicional”, que abarca um grande número de obras de âmbito municipal, em sua maioria fruto do esforço e trabalho solitários de historiadores, muitas vezes amadores. A principal particularidade da história local está na sua presença imediata no cotidiano das pessoas, que podem encontrá-la ao caminhar pelas ruas da cidade, dobrar uma esquina ou sentar no banco de alguma velha praça, sendo uma história muito próxima, mas que se torna repetitiva e sem vida¹⁸. No restante, a abordagem local mantém os mesmos traços gerais da abordagem estadual:

Esta abordagem historiográfica remete-nos mais uma vez às características da chamada *história tradicional*, [...], e muitas vezes tem sido uma história *vista de cima*, embora circunscrita a um âmbito local. É nestas histórias que aparece a figura do *fundador* da cidade, ou das principais famílias, muitas vezes presentes ainda na economia e na política. Há geralmente certa preocupação com a Toponímia – origem dos nomes dos lugares a que se refere –, e com a genealogia das principais famílias.¹⁹

No entanto, por sua expressiva quantidade, as obras de história local constituem um acervo extremamente útil aos historiadores profissionais em suas pesquisas. Assim, a monumental obra de Licurgo Costa sobre a região de Lages²⁰ ocupa um lugar destacado entre as referências deste trabalho. Ao longo de quatro grandes volumes, totalizando 1739 páginas, o autor reúne um vasto conjunto de informações a respeito da cidade, desde a fundação das primeiras associações beneficentes e clubes recreativos até acontecimentos da política local e biografias das principais lideranças. Nesse último ponto, são entoados pródigos elogios a elite lageana, apresentada como moderna e visionária, responsável por estimular o progresso da região. As relações familiares de Licurgo Costa, ele mesmo um membro integrante dessa elite, como filho de Otacílio Vieira da Costa (superintendente municipal de Lages entre 1923 e 1926) e Adélia Ramos (que, por sua vez, era filha do

¹⁸ WOLFF, op. cit., p. 56.

¹⁹ Ibidem, p. 57.

²⁰ COSTA, Licurgo. O continente das Lages: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 4v.

coronel Belisário José de Oliveira Ramos, superintendente de 1902 a 1922), foram consideradas na análise de sua obra. Todavia, apesar de compor uma História Política Tradicional, marcada pelo seu lugar de pertencimento familiar e social, restrita a Lages e arredores, sua obra ainda é capaz de transmitir aos historiadores atuais muitos fatos, personagens e sentimentos de certas épocas, captados através da história local.

O terceiro e último grupo na historiografia catarinense, conforme a classificação da professora Wolff, é o da “abordagem temática”, que segue a proposta da Escola dos *Annales*, contrapondo-se a história tradicional, descartando a simples narrativa dos acontecimentos em favor da proposição de uma história-problema, ou seja, a problematização de questões, as quais o historiador deve procurar responder. Para alcançar esse intuito, a pluridisciplinaridade com relação a outras ciências sociais ganhou destaque e fontes alternativas de pesquisa foram valorizadas, como a iconografia, a literatura e a história oral²¹. No processo de desenvolvimento da abordagem temática na produção historiográfica estadual, ocupou um lugar central a criação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC), em 1975, o que viabilizou a abertura de um amplo espectro de novas possibilidades para o estudo da história²².

O PPGH/UFSC permitiu que outras tendências historiográficas ganhassem visualização, quebrando a hegemonia da História Política então vigente no estado, trazendo mais consistência e diversidade ao trabalho do historiador²³. Entre as linhas de pesquisa que surgiram no programa estava a análise das estruturas, através das mudanças econômicas e sociais de longo prazo, principalmente com base nos trabalhos de Fernand Braudel. Também a história demográfica ocupou significativo espaço nos primeiros anos do PPGH/UFSC, seguindo uma tendência mundial no campo da história durante a década de 1970, privilegiando a utilização de métodos estatísticos em suas produções, como dados cartoriais e paroquiais (certidões de nascimento, atestados de óbito, registros de casamentos, inventários, etc.). Porém, os estudos de história econômica e demográfica apresentam alguns problemas, pois tendem a substituir as pessoas por números²⁴, gerando análises frias e impessoais.

²¹ WOLFF, op. cit., p. 58.

²² GONÇALVES; MATOS, op. cit., p. 18.

²³ Ibidem, p. 20.

²⁴ WOLFF, op. cit., p. 59.

A partir dos anos 1990, ocorreu uma significativa guinada na abordagem temática, sendo favorecidos os trabalhos com maior ênfase nas experiências humanas, em substituição ao distanciamento estatístico das histórias econômica e demográfica anteriores²⁵. São estudos voltados para temas específicos, como trabalho, identidades, cotidiano, sensibilidades, comportamentos, sociabilidades e representações. Essa história de fragmentos procura mostrar grupos antes ignorados ou mencionados apenas superficialmente, além de destacar sua participação no processo histórico e os mecanismos utilizados para sua exclusão dos registros oficiais:

Para que estes grupos de *excluídos da história*, utilizando a expressão de Michelle Perrot, possam constituir objeto de análise, foi preciso valorizar o cotidiano como lugar de história, confrontando a noção tradicional de *fato histórico*. Para encontrar este cotidiano, para além das fontes tradicionais, foram remexidos os arquivos de polícia, os processos judiciais, documentos privados, colunas de leitores nos jornais. Outra fonte importante tem sido a história oral, que, pelo menos para uma história mais recente e principalmente para uma história que diz respeito à cultura, ao modo de vida de grupos que raramente têm acesso à escrita, constitui-se como fundamental.²⁶

Como um exemplo de historiografia temática, voltada para os excluídos e marginalizados, temos a obra *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*²⁷, de Paulo Pinheiro Machado, que procura desmitificar as versões recorrentes sobre o conflito, principalmente aquelas que tratam os sertanejos como bandidos e/ou fanáticos religiosos. Ao realizar uma análise social das lideranças do Contestado, o autor utiliza uma grande diversidade de fontes, que incluem documentos de arquivos judiciais, governamentais, militares e de jornais da época, além de uma vasta biografia e importantes entrevistas orais dos últimos sertanejos sobreviventes. Indo muito além do recorte temporal do conflito, promovendo um extenso exame desde o povoamento da região serrana catarinense, o primoroso trabalho do historiador Paulo Pinheiro Machado em muito contribuiu para esta pesquisa.

²⁵ GONÇALVES; MATOS, op. cit., p. 23.

²⁶ WOLFF, op. cit., p. 60.

²⁷ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

A partir do exposto, proponho inserir a História Política enquanto uma corrente de estudos no rol da abordagem temática na historiografia de Santa Catarina. Reconhecemos que, a princípio, parece contraditório, até mesmo paradoxal, afinal de contas a abordagem temática surge, justamente, como um meio de confrontação ao caráter eminentemente político da história tradicional. Todavia, nossa proposta segue a linha da Nova História Política, cujos desenvolvimentos recentes já apresentamos. Se no passado, os temas dessa modalidade eram as batalhas e os eventos políticos, tendo como personagens principais os monarcas e estadistas, atualmente a História Política vem dedicando sua atenção aos mais diversos aspectos pelos quais, em diferentes épocas, as relações de poder na sociedade se expressavam.

A título de esclarecimento, afirmamos que este não é um trabalho sobre historiografia de Santa Catarina, embora seja precisamente isso o que temos feito até o momento. Nosso objetivo é diferenciar a História Política Tradicional da Nova História Política, ao analisar a forma como determinados grupos controlaram o espaço político e usaram a máquina pública em benefício próprio. O presente estudo procura examinar criticamente as elites de Santa Catarina, abordando suas origens e bases de poder. Pretendemos seguir por este caminho, deixando claro que não possuímos a pretensão de apresentar um amplo esquema analítico sobre toda a classe dominante catarinense, o que seria deveras interessante, mas que exigiria muito mais tempo e pesquisa. Porém, almejamos contribuir com um trabalho que problematize sua constituição e a importância das redes familiares de parentesco e do poder econômico para garantir o controle do poder político.

As elites de Santa Catarina não eram (e permanecem não sendo) um grupo homogêneo, ao contrário, sua composição é diversa, englobando banqueiros, comerciantes, empresários e latifundiários, de origens alemã, açoriana e italiana, provenientes do litoral, do planalto serrano, do vale do rio Itajaí, etc. Assim sendo, limitaremos nossa análise a um grupo familiar, os Ramos, no decorrer da Primeira República Brasileira (1889-1930), procurando entender a origem de sua ascensão econômica e influência política.

A opção pela família Ramos se deu por dois motivos principais: 1) o lugar privilegiado que ocupam na memória coletiva dos catarinenses, seus nomes, estátuas e bustos estão em municípios, avenidas, praças, escolas e hospitais, perpetuando sua presença simbólica; 2) a disponibilidade de acesso a duas importantes obras escritas por

membros da família, o livro *Coxilha Rica: Genealogia da Família Ramos*²⁸, de Celso Ramos Filho, e a autobiografia de Vidal José de Oliveira Ramos “Júnior”, *Notas sobre a minha vida: discursos e correspondência*²⁹.

Dividimos nosso trabalho em três capítulos. No primeiro, “Os Primórdios de Lages e a Chegada da Família Ramos”, são apresentados, através de obras da historiografia catarinense, aspectos do povoamento da região serrana catarinense, da fundação de Lages e de seu desenvolvimento econômico e social até a Primeira República; os primórdios da família Ramos na imigração açoriana do século XVIII, seu estabelecimento em terras lageanas e a construção da teia de parentescos que a ligou a outros influentes sobrenomes locais; e o desenvolvimento do coronelismo como prática política dominante na Serra. Já no segundo capítulo, “A República em Santa Catarina”, foi possível perceber as consequências imediatas da proclamação da República em Santa Catarina, especialmente no planalto serrano; a fundação do Partido Republicano Catarinense, com suas correntes internas, e as articulações políticas em torno da Questão do Contestado. Por fim, no terceiro e último capítulo, “Novas Lideranças”, apresentamos as mudanças ocorridas na política oligárquica estadual depois do Acordo de Limites de 1916; os problemas estruturais da Primeira República ao longo da década de 1920 e seus reflexos no estado catarinense; e a participação da família Ramos nos eventos que levaram a tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930.

²⁸ RAMOS FILHO, Celso. *Coxilha Rica: Genealogia da Família Ramos*. Florianópolis: Insular, 2002.

²⁹ RAMOS, Vidal José de Oliveira. *Notas sobre minha vida, discursos e correspondências*. Florianópolis: IHGSC, 2005, p. 224: il. (Coleção Catarina, 7).

Capítulo I – Os Primórdios de Lages e a Chegada da Família Ramos

1.1. Ocupação e Povoamento do Planalto Serrano Catarinense.

Nos três séculos seguintes a chegada dos primeiros conquistadores europeus ao Brasil, em 1500, a Coroa portuguesa pouco ou quase nada fez para ocupar a região do planalto serrano, no atual território de Santa Catarina. Apenas o litoral era conhecido, principalmente a ilha que deu nome ao estado, a qual proporcionava um porto seguro as embarcações que seguiam ao Rio da Prata. Do atual interior catarinense somente havia informações esparsas, sobretudo a respeito de seus habitantes, pejorativamente conhecidos pela denominação genérica de “Bugres”, nome atribuído pelos bandeirantes paulistas a todos os grupos indígenas que habitavam na região entre os rios Tietê e Uruguai. Estes eram, na verdade, integrantes dos povos originários Xokleng e Kaingang, ambos pertencentes a família linguística Jê, os quais viviam da caça e da coleta do pinhão. Embora nômades, ocupavam uma extensa área com cerca de 100 mil quilômetros quadrados, desde os campos de Vacaria, no Rio Grande do Sul, até Curitiba, no Paraná³⁰.

Em todas as obras destaca-se que o interesse de Portugal em Santa Catarina aumentará na metade do século XVII, com o estabelecimento das primeiras povoações permanentes no litoral, enquanto diversas bandeiras paulistas exploraram o interior do território, tendo como objetivo principal a “preação” das populações originárias. Paulo Pinheiro Machado diferencia-se quando apresenta outros aspectos, invisíveis nas demais obras, como apesar da proibição legal da escravidão indígena a prática continuou, disfarçada sob o termo “índios administrados”. Pela legislação colonial portuguesa os colonos poderiam usufruir do trabalho indígena, desde que os nativos fossem devidamente catequizados. Isso, mais a violenta ação dos “bugreiros” (caboclos especializados em localizar e capturar indígenas), levou a um drástico despovoamento da serra catarinense³¹.

A fundação da Colônia do Sacramento, no atual Uruguai, pelos portugueses em 1680, defronte aos domínios espanhóis do Prata, intensificou as disputas entre as duas

³⁰ COSTA, Licurgo. O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 4v., p. 3-6.

³¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 59.

monarquias ibéricas na região³². Por consequência se fez necessário e urgente reforçar a presença da Coroa nos territórios pouco colonizados de Santa Catarina, estrategicamente localizada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a Colônia do Sacramento. Assim, em 1738, é criada a capitania de Santa Catarina, mas então resumida apenas ao litoral, com sede na vila de Nossa Senhora de Desterro, hoje Florianópolis. O atual interior catarinense permaneceu sob jurisdição da capitania de São Paulo que, além do estado de mesmo nome, englobava ainda o Paraná.

A precariedade das comunicações no vasto sertão do Brasil era uma questão que preocupava frequentemente as autoridades coloniais. Ao governo da capitania de São Paulo interessava a abertura de um caminho estável entre Curitiba e Viamão, no Rio Grande do Sul, na época a principal fornecedora de carne *vacum* para todos os portos do continente, incluindo o Rio de Janeiro³³. A primeira tentativa, o “Caminho dos Conventos”, aberto entre 1728 e 1730, não vingou³⁴, assim como outras rotas que seguiam pelo litoral, devido à dificuldade de se atravessarem os rios e a ameaça sempre presente de incursões espanholas³⁵. Uma nova empreitada, em 1731/1732, obteve melhor resultado, seguindo por cima da serra, através dos campos das Lagens, ficando conhecida como “Estrada Real”, embora seu traçado não fosse único, possuindo variações sazonais.

O principal tráfego por esses caminhos era o das tropas de mulas, conduzidas por tropeiros para serem comercializadas na região sudeste do Brasil. Com o ciclo do ouro, no início do século XVIII, as capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro necessitavam de animais de tração como meio de transporte de longo curso, destacando-se a mula por sua força e resistência. Criados na campanha gaúcha, os muares seguiam uma longa jornada, atravessando Santa Catarina e Paraná, até chegarem na grande feira de Sorocaba. Sendo a mula um híbrido produzido a partir do cruzamento entre asininos e equinos, em virtude do número irregular de cromossomos dessa união é, via de regra, um animal estéril, o que obrigava a periódica renovação dos rebanhos, tornando frequentes as viagens de tropas desde o Rio Grande do Sul.

Nos campos das Lagens se encontravam ainda rebanhos selvagens de gado *vacum* e equinos, remanescentes das antigas missões jesuíticas, o que atraiu para a região alguns

³² COSTA, op. cit., p. 28.

³³ *Ibidem*, p. 31.

³⁴ *Ibidem*, p. 33.

³⁵ MACHADO, op. cit., p. 61.

fazendeiros, em sua maioria tropeiros paulistas, que para lá se deslocaram na década de 1730, após a abertura do Caminho dos Conventos. As primeiras fazendas evoluíram dos currais onde se aprisionavam os animais capturados, inicialmente para a extração do couro, artigo de muita procura no Brasil e Portugal³⁶. No entanto, não havia ainda um núcleo urbano que estabelecesse o domínio efetivo da Coroa na região. Afim de resolver a questão, o governador da capitania de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Matheus, encarregou, o Guarda-Mor Antônio Corrêa Pinto de Macedo, em julho de 1766, da tarefa de fundar uma povoação no extremo sul de seu território, no limite presumível com os espanhóis³⁷.

Nomeado Capitão-Mor Regente do Sertão de Curitiba, Corrêa Pinto partiu de São Paulo em meados de agosto, acompanhado de um grupo colonizador, o qual incluía alguns escravos. Um tropeiro experiente, ele conhecia bem os campos das Lagens, onde já possuía uma fazenda, e nos quais chegou em novembro³⁸. As dificuldades iniciais eram enormes, principalmente os constantes ataques por indígenas, o que atrasou a fundação oficial da vila até 22 de maio de 1771, recebendo a denominação de “Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lagens”³⁹. A nova povoação logo tornou-se um importante ponto de pouso das tropas de mulas provenientes do Rio Grande do Sul. Os rebanhos invernavam nas fazendas lageanas, aumentando seu peso, antes de seguirem rumo a feira de Sorocaba, onde seriam redistribuídos pelo sudeste e centro-oeste brasileiros. A quantidade de muares que chegavam à vila paulista aumentou exponencialmente por mais de um século, passando de 5 mil, em 1750, para 100 mil, em 1860⁴⁰. As tropas ainda desempenhavam outra importante função transportando mercadorias, como o sal, abastecendo assim os mais distantes rincões do Brasil.

Tendo sido fundada sob ordens do governador de São Paulo, colonizada por paulistas e gaúchos e por estar inserida no caminho das tropas, Lages possuía então muito mais contato com o Rio Grande do Sul e São Paulo, num eixo norte-sul, do que com as cidades litorâneas catarinenses a leste. A barreira geográfica imposta pela serra era mais um fator que contribuía para essa situação. Porém, Corrêa Pinto considerava crucial e estratégico, para o desenvolvimento de Lages, estabelecer uma ligação com a vila de Desterro,

³⁶ *Ibidem*, p. 62.

³⁷ COSTA, op. cit., p. 44.

³⁸ *Ibidem*, p. 46.

³⁹ *Ibidem*, p. 64.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 158.

insistindo na questão até sua morte em 1783. O Capitão-Mor também argumentava que, no caso de um ataque espanhol a capital catarinense, a existência de tal estrada lhe permitiria prestar o auxílio necessário⁴¹. A previsão se confirmou em 1777, quando uma armada espanhola invadiu a ilha de Santa Catarina, embora a ocupação tenha durado menos de um ano. Ao recuperar seu domínio, Portugal reconheceu a urgência de abrir um caminho entre Desterro e Lages, o que ocorreria entre 1787 e 1790. A missão coube ao Alferes de Cavalaria Antônio José da Costa, a frente de 24 homens, sendo a metade escravos⁴². Essa primeira estrada, mesmo que sua duração tenha sido de apenas nove anos⁴³, proporcionou o surgimento de um pequeno, mas constante, comércio entre o planalto serrano e o litoral.

Machado destaca que o século XIX trará importantes mudanças econômicas e políticas para Lages, a começar pela transferência de sua jurisdição para Santa Catarina, em 1820, por decisão do rei Dom João VI. Nessa mesma época uma nova onda de povoamento alcançará a região serrana, composta em sua maioria por gaúchos das localidades de Santo Antônio da Patrulha, Vacaria e Passo Fundo⁴⁴. A partir da década de 1870, segundo Licurgo Costa, ocorre um decréscimo acentuado na demanda por muares no sudeste brasileiro, em decorrência da rápida expansão da malha ferroviária. No entanto, o tráfego de boiadas tornou-se frequente em Lages, conforme a produção local de couro deu lugar a de charque e, principalmente, ao comércio de gado em pé, tanto para o litoral catarinense como ao Paraná e São Paulo, alcançando seu auge entre 1890 e 1930⁴⁵. Assim como fizeram as tropas de mulas, as boiadas que desciam a serra eram acompanhadas por cargueiros encarregados de buscar mantimentos e outros gêneros não produzidos em Lages, mantendo a cidade abastecida.

A população lageana cresceu lentamente no período, de 371 habitantes no primeiro censo de 1777⁴⁶, para 2.454 em 1833⁴⁷ e 14.374 em 1872⁴⁸, com o ritmo acelerando no

⁴¹ *Ibidem*, p. 198.

⁴² *Ibidem*, p. 200.

⁴³ *Ibidem*, p. 209.

⁴⁴ MACHADO, *op. cit.*, p. 63.

⁴⁵ COSTA, *op. cit.*, p. 172.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 737.

⁴⁷ MACHADO, *op. cit.*, p. 65.

⁴⁸ COSTA, *op. cit.*, p. 741.

século XX, com 18.875 habitantes em 1900 e 53.659 em 1940⁴⁹⁵⁰. Em contrapartida, seu território sofreu vários desmembramentos, com a emancipação dos novos municípios de Curitiba (1869), São João dos Campos Novos (1881), São Joaquim do Cruzeiro da Costa da Serra (1886) e Bom Retiro (1922)⁵¹. Deve-se destacar a presença dos escravos nos censos anteriores a Abolição (1888): eram 114 em 1777, 260 em 1833 e 2.012 em 1872. Ainda havia um grande número de indígenas, negros e pardos entre a população livre de Lages, o que mostra uma presença significativa desses grupos, com frequência ignorados ou subestimados pela historiografia tradicional de Santa Catarina.

Conforme Machado, desde a chegada dos primeiros fazendeiros ao planalto serrano catarinense, nos anos 1730, até a proclamação da independência, em 1822, a posse das terras era conferida pelo título de sesmarias, concedido pela Coroa portuguesa e pelos governadores das capitânicas, com áreas variando entre 5 mil e 20 mil hectares. A Lei de Terras de 1850 estabeleceu como único título de propriedade válido aquele adquirido por compra e venda, mas determinando um prazo para a legitimação das antigas sesmarias⁵². Os grandes proprietários rurais, que também ocupavam posições importantes nas diversas esferas do Estado, se beneficiaram da nova legislação para ampliar suas fazendas, ocupando áreas já habitadas por pequenos lavradores posseiros, que seriam desapropriados⁵³, possibilitando a concentração da terra nas mãos de uma elite oligárquica, aumentando seu poder e influência política.

Até o início do século XX as fazendas de gado não possuíam cercamento e, assim, com frequência os rebanhos acabavam invadindo as lavouras dos posseiros que ainda resistiam à grilagem de terra⁵⁴. O conselho municipal de Lages era dominado pelos pecuaristas, que legislavam em benefício próprio, ocasionando muitos conflitos com os pequenos lavradores e sitiantes⁵⁵. As desapropriações ocorriam à revelia dos órgãos públicos e, muitas vezes, com uso da força. Já os camponeses expulsos seguiam para áreas mais distantes e consideradas inferiores, como capoeiras e faxinais, procurando se afastar da influência dos grandes fazendeiros.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 742.

⁵⁰ A população lageana atualmente é de 157.158 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2021. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lages/panorama>.

⁵¹ COSTA, *op. cit.*, p. 732-733. Mencionamos apenas os municípios emancipados até a Primeira República.

⁵² MACHADO, *op. cit.*, p. 73.

⁵³ *Ibidem*, p. 74.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 75.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 76.

1.2.As Origens da Família Ramos.

A família Ramos, segundo a genealogia escrita por Celso Ramos Filho, traça sua origem desde o século XVIII, quando o casal Matheus José Coelho e Maria Antônia de Jesus imigraram da cidade de Angra do Heroísmo, na Ilha da Terceira, Arquipélago dos Açores, para Santa Catarina, no sul do Brasil. Entre 1748 e 1756 cerca de 6 mil açorianos deixaram sua terra natal e atravessaram o Oceano Atlântico com destino ao litoral catarinense⁵⁶, seduzidos pelas promessas e incentivos da Coroa portuguesa. Ao chegarem em Desterro, os colonos eram distribuídos e assentados em diversas localidades, notadamente na Enseada do Brito, Laguna e São Miguel da Terra Firme (hoje parte do município de Biguaçu). Nesta última se estabeleceu o casal Matheus José e Maria Antônia, e onde nasceram seus filhos: Ricardo José em 1776, Laureano José em 1777 e Adolfo José em 1779⁵⁷. O segundo filho do casal, Laureano, que dá origem ao tronco principal da família, nasceu no Domingo de Ramos, 18 de março de 1777, o que motivou seu pai a mudar o patronímico⁵⁸.

Exercendo o ofício de marceneiro, Laureano José de Ramos mudou-se inicialmente para São Francisco do Sul, seguindo depois a Santo Antônio da Lapa, no Paraná, então parte da capitania de São Paulo, onde conheceu e veio a casar, em 1804, com Maria Gertrudes de Moura (1781-1873), natural de Nossa Senhora do Pilar, atualmente Antonina, filha de Manoel de Moura Cardoso e Gertrudes Maria de Barros⁵⁹. O casal teve nove filhos, a saber: David (1806-?), Policarpo (1808-1864), João José (1810-1867), Henrique (1812-1871), Fidelis (1814-?), Luiz José (1816-1903), Gertrudes Maria (1818-1909), Vidal José (1820-1908)⁶⁰ e Maria Gertrudes (1824-1872). Permanecendo em Lapa até 1807, Laureano transferiu-se para Santo Antônio da Patrulha, no Rio Grande do Sul, a procura de trabalho, mas retornou a Santa Catarina, por volta de 1812, estabelecendo-se em Lages, já com três filhos, esperando melhores oportunidades⁶¹.

Ocupando um terreno devoluto na região chamada “Guarda-Mor”, na fértil planície da Coxilha Rica, Laureano dedicou-se a criação de gado, requerendo a posse da terra

⁵⁶ RAMOS FILHO, Celso. Coxilha Rica: Genealogia da Família Ramos. Florianópolis: Insular, 2002, p. 37.

⁵⁷ Ibidem, p. 40.

⁵⁸ Ibidem, p. 44.

⁵⁹ Ibidem, p. 47.

⁶⁰ No caso Vidal José de Oliveira Ramos “Sênior”, não confundir com seu filho Vidal José de Oliveira Ramos “Júnior”.

⁶¹ Ibidem, p. 49.

junto a câmara municipal de Lages, que despachou favoravelmente em 1819⁶². Seus negócios prosperaram rapidamente, o que lhe permitiu comprar outras propriedades, a começar pela vizinha “Fazenda Guarda-Mor”, em 1817, pertencente a viúva de Bento do Amaral Gurgel Annes, o qual havia adquirido do fundador de Lages, Antônio Corrêa Pinto de Macedo. Outras fazendas de Laureano eram a “Bananeiras” e “São Luiz”, que deixou de herança ao filho Luiz José, “Cadete”, que passou ao filho João José⁶³.

A Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul, proporcionou uma grande oportunidade política para Laureano José de Ramos. Inicialmente contrários a exploração econômica pelo governo imperial, em 6 de novembro de 1836 os rebeldes proclamam a República de Piratini e decidem expandir seu movimento para Santa Catarina. Uma coluna farroupilha de 1.500 homens ocupou Lages em 1838, sendo recebida festivamente pela população local, que compartilha das queixas e reivindicações dos vizinhos gaúchos contra a Regência que então governava o Império brasileiro⁶⁴. Os legalistas e defensores da monarquia refugiaram-se nas fazendas do interior ou fugiram para Desterro, Curitiba e mesmo São Paulo. É o caso de Laureano que, acompanhado de seus filhos Vidal e Henrique, buscou refúgio na capital catarinense, junto ao então presidente da província, o Brigadeiro João Carlos Pardal⁶⁵.

Os farroupilhas continuaram avançando por Santa Catarina, conquistando Laguna em 22 de julho de 1839 e proclamando, sete dias depois, a República Juliana, que incorporou Lages ao seu território. No entanto, o governo imperial articulou um contra-ataque e recuperou o controle da vila lagunense a 15 de novembro do mesmo ano⁶⁶. Os combates continuaram intensos na região serrana, até a expulsão definitiva dos rebeldes que ocupavam Lages, em março de 1840⁶⁷. Os legalistas enfim retornaram, entre eles Laureano que, por sua fidelidade ao regime, é eleito Juiz Ordinário e torna-se uma das principais figuras da política lageana⁶⁸⁶⁹.

⁶² *Ibidem*, p. 50.

⁶³ COSTA, *op. cit.*, p. 1569-1571.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 254.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 262.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 265.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 272.

⁶⁸ RAMOS FILHO, *op. cit.*, p. 53.

⁶⁹ Durante os períodos colonial e imperial, os juizes ordinários eram eleitos anualmente e acumulavam as funções de presidente da câmara municipal, fazendo a ligação dos poderes judiciário e legislativo nas vilas e cidades.

Após a morte de Laureano, em 1862, seu patrimônio é dividido entre os filhos, principalmente Luiz José e Vidal José. Este último herdou, além da fazenda Guarda-Mor, também a liderança política do pai, sendo um dos chefes do Partido Conservador na região. Na vida pessoal, Vidal José de Oliveira Ramos “Sênior” desposou Júlia Baptista de Souza (1842-1883), filha de João Baptista de Souza (1800-1852), conhecido como “Inholo”, e Cândida Maria dos Prazeres Cordova (1807-1854)⁷⁰. Por via paterna Júlia era neta de Matheus José de Souza, um dos fundadores de Lages, ao lado de Corrêa Pinto, enquanto seu tio, Manoel Rodriguez de Souza, era o fundador do Partido Conservador na cidade⁷¹. De seu casamento com Vidal José nasceram três filhos: Belisário José de Oliveira Ramos (1858-1957), Maria Cândida de Oliveira Ramos (1865-1931) e Vidal José de Oliveira Ramos “Júnior” (1866-1954). Já viúvo, em 1887, Vidal Ramos Sênior casou-se em segundas núpcias com Maria José Gaspar Godinho (1869-1931), com quem teve um filho, Carlos Vidal Ramos (1896-1977)⁷².

Os filhos de Vidal Ramos Sênior serão figuras importantes na política catarinense por meio século. O mais velho, Belisário, iniciou sua carreira em 1886, sendo eleito vereador de Lages, ocupando a presidência da câmara já no ano seguinte⁷³. Ao contrário de Vidal Júnior, nunca exerceu cargos nas esferas estadual ou federal, embora gozasse de grande influência e prestígio, optando por ficar em sua terra natal, onde ocupou a superintendência municipal de 1902 a 1922⁷⁴. No entanto, Belisário se afastava com frequência das funções para tratar de interesses particulares, principalmente em sua “Fazenda dos Morrinhos”, na qual residiu por mais de 60 anos⁷⁵. Em 1878 desposou Theodora Ribeiro Ramos (1860-1902) e tiveram 15 filhos, destacando-se Aristiliano Laureano Ramos (1888-1976), interventor de Santa Catarina entre 1933 e 1935⁷⁶. Uma de suas filhas, Adélia (1886-?), casou-se com Otacílio Vieira da Costa (1883-1950), sendo progenitores de Licurgo Ramos da Costa (1904-2002), autor da obra “O continente das Lagens”⁷⁷, utilizada neste trabalho.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 96.

⁷¹ *Ibidem*, p. 97.

⁷² *Ibidem*, p. 99.

⁷³ COSTA, *op. cit.*, p. 1238.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 1257.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 1258.

⁷⁶ RAMOS FILHO, *op. cit.*, 169.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 312-316.

Na obra de Licurgo Costa foi possível perceber que Vidal Ramos Júnior também entrou na política em 1886, eleito deputado provincial pelo Partido Conservador⁷⁸ e que, após a proclamação da República, assume a liderança lageana do novo Partido Republicano Catarinense⁷⁹ e encabeça, ao lado de seu pai, a resistência legalista no planalto serrano em oposição aos federalistas de Gumercindo Saraiva na Revolução Federalista de 1893⁸⁰. Tendo frequentado o respeitado Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Vidal era melhor instruído que o irmão mais velho, o que lhe capacitava para ocupar cargos em níveis superiores do poder. De fato, ao longo de sua vida pública, além de deputado provincial (1886-1887, 1888-1889), exerceu ainda os postos de superintendente municipal de Lages (1895-1902), deputado estadual (1891-1893, 1894-1895, 1896-1897, 1901-1903), deputado federal (1906-1908, 1909-1911, 1927-1929), senador (1915-1917, 1918-1927, 1935), vice-governador em exercício de Santa Catarina (1902-1905) e governador do estado (1910-1914)⁸¹.

Em 1885 Vidal Ramos Júnior casou-se com Thereza Fiuza de Carvalho (1870-1924), natural de Faxina, hoje Itapeva, São Paulo, filha de Joaquim Fiuza de Carvalho (1841-?), Juiz de Direito de Lages, e Maria Francisca Quirino dos Santos⁸². De seu casamento nasceram 14 filhos, sendo que alguns também seguiram a carreira política, principalmente Nereu de Oliveira Ramos (1888-1958), interventor de Santa Catarina de 1935 a 1945, chegando a presidente interino da República entre 11 de novembro de 1955 e 31 de janeiro de 1956⁸³. Ainda merecem destaque Celso Ramos (1897-1996), governador do estado (1961-1966) e senador (1967-1975)⁸⁴, Mauro de Oliveira Ramos (1899-1981), prefeito de Florianópolis de 1937 a 1940⁸⁵, Vidal Ramos Júnior (1908-1962), conhecido como “Vidalzinho”, prefeito de Lages (1946-1947, 1947-1951)⁸⁶, e Joaquim Fiuza Ramos

⁷⁸ COSTA, op. cit., p. 1237.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 1248.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 1255.

⁸¹ SILVA, Valdir Alvim da. Poder político e políticas públicas: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – uma história de dominação de classe. 318 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. 1996, p. 115.

⁸² RAMOS FILHO, op. cit., p.128-129.

⁸³ *Ibidem*, p. 238-241.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 188-191.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 233.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 255.

(1910-2001), deputado federal por seis mandatos consecutivos (1947-1951, 1951-1955, 1955-1959, 1959-1963, 1963-1967, 1967-1971)⁸⁷.

A filha primogênita de Vidal e Thereza, Raquel (1887-?) desposou o Desembargador João Pedro da Silva (1882-1936) e, dentre seus filhos, está Aderbal Ramos da Silva (1911-1985), governador de Santa Catarina de 1947 a 1951 e deputado federal de 1955 a 1959⁸⁸. Outro neto a ser mencionado é Celso Ramos Filho (1924-2016), filho de Celso Ramos e Edith Müller Gama (1904-1974), deputado estadual por dois mandatos (1967-1971, 1971-1975)⁸⁹ e autor da obra “Coxilha Rica”, utilizada neste trabalho. Edith era filha do Desembargador Ayres de Albuquerque Gama (1869-1930) e Augusta Müller Gama (1880-1946), sobrinha do influente político Lauro Müller⁹⁰.

Ao analisarmos a genealogia da família Ramos, torna-se evidente a longevidade de seus integrantes, com muitos ultrapassando os 90 anos. Uma das filhas de Vidal e Thereza, Maria Júlia Ramos Wendhausen, alcançou os 107 anos de idade (1894-2001), tendo vivido em três séculos e dois milênios!⁹¹ Observamos ainda a intrincada rede de casamentos e parentescos que consolidou sua posição dominante, em Lages, e lhes permitiu alcançar grande influência em todo o estado catarinense. As alianças matrimoniais não eram uma prática exclusiva apenas dos Ramos, sendo utilizadas também por outras importantes famílias oligárquicas de Santa Catarina, a exemplo dos Konder e Bornhausen. No entanto, cabe mencionar que as ligações de sangue não eram sempre uma garantia segura, havendo a emergência de disputas intrafamiliares, como ocorreu entre os primos Aristiliano e Nereu Ramos pelo governo do estado em 1935⁹².

1.3.O Coronelismo Serrano.

De acordo com Paulo Pinheiro Machado, o coronelismo era uma prática política dominante na Primeira República, porém suas origens são encontradas desde o período colonial e estão ligadas a construção de uma sociedade agrícola latifundiária no Brasil. Seu nome deriva da mais alta patente da Guarda Nacional, força militar criada em 1831,

⁸⁷ *Ibidem*, p. 215.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 261-264.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 283.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 184.

⁹¹ *Ibidem*, p. 225-226.

⁹² SILVA, op. cit., p. 140-141.

como parte das medidas descentralizadoras implantadas pelo governo liberal que chegou ao poder após a abdicação do imperador Dom Pedro I⁹³. Era então ministro da Justiça o padre Diogo Antônio Feijó, que idealizou uma instituição formada por cidadãos armados, para servir de braço auxiliar e reserva do exército imperial brasileiro⁹⁴.

Inicialmente a oficialidade da Guarda Nacional era eletiva, mas após reforma de 1850, passou a ser indicada pelos presidentes de província, no caso das patentes de baixo e médio escalão, e pelo ministro da Justiça, para as de mais alto⁹⁵. A instituição assumiu um papel social que transcendeu seus objetivos primários, tornando-se um símbolo da ordem elitista na sociedade brasileira, pois os cargos assumidos estavam diretamente associados a renda e a cor da pele. Com a proclamação da República e extinção dos títulos de nobreza concedidos no Império, as patentes da Guarda se revestiram ainda de caráter simbólico, demonstrando o *status* de seus portadores⁹⁶.

A influência do coronel dependia da capacidade de arregimentar e mobilizar eleitores, garantindo que ele próprio ou seus aliados conquistassem os cargos almejados para a manutenção da ordem política, o que lhe garantia prestígio social e privilégios junto aos governos estadual e federal. Trata-se, por tanto, de uma forma de sobreposição dos interesses privados das oligarquias regionais ao Estado, na qual o coronel controla e manipula o eleitorado através de práticas como troca de favores, compadrio ou a pura e simples violência, o chamado “voto de cabresto”⁹⁷. A constituição brasileira de 1891 aboliu o voto censitário, que definia o eleitor por sua renda, mas manteve a exclusão de analfabetos e mulheres, não ocorrendo, assim, um aumento significativo no tamanho do eleitorado nacional entre o Império e a República, permanecendo diminuto. Por exemplo, no ano de 1895, em sua eleição como superintendente municipal de Lages, Vidal Ramos Júnior recebeu apenas 385 votos⁹⁸, numa cidade que possuía entre 14 mil e 18 mil habitantes.

A população lageana compunha-se principalmente de camponeses pobres e mestiços, descendentes de africanos, indígenas e portugueses, que trabalhavam como peões nas

⁹³ MACHADO, op. cit., p. 100.

⁹⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 3ª ed., 1997, p. 238-239.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 241.

⁹⁶ MACHADO, op. cit., p. 101.

⁹⁷ LEAL, op. cit., p. 42.

⁹⁸ COSTA, op. cit., p. 1256.

estâncias e moravam agregados nas grandes fazendas, onde recebiam um pequeno lote de terra para subsistência. Embora livres, estavam submetidos aos mandos e desmandos dos latifundiários, com os quais tinham ligações de compadrio. Conforme Paulo Pinheiro Machado:

Emprego a palavra “livre” apenas em contraposição à condição escrava, uma vez que este homem livre podre, mestiço, descendente de africanos, indígenas e mesmo portugueses, enfim, o biriva (tipo de gaúcho serrano), o peão de estância e o morador agregado à grande fazenda, se encontrava, nos campos de Lages, submetido por laços de compadrio, sujeito a um conjunto de obrigações muito mais complexas que o trabalhador livre moderno, entendido como aquele que simplesmente vende sua força de trabalho. No século XIX, não havia propriamente um mercado de trabalho livre no planalto. A maior parte da força de trabalho era fixa, nascia e morria sob os mesmos patrões. Apenas alguns trabalhadores específicos – marceneiros, ferreiros, pedreiros, tropeiros assalariados e domadores especiais – transitavam por diferentes fazendas e pelas pequenas vilas do planalto, oferecendo seus serviços, na qualidade de *aguateiros* ou *changadores*, por alguns mil-réis ou, o que era mais frequente, por algumas cabeças de gado. “Aguateiros” eram peões encarregados de funções ligeiras ou leves nas fazendas, “changadores” eram trabalhadores contratados por jornada ou empreitada.⁹⁹

Os fazendeiros, por sua vez, eram quase sempre os padrinhos de batismo dos filhos dos peões, em um ato que simbolizava proteção e auxílio ao afilhado, e que legitimava a subordinação social¹⁰⁰. Cabia aos peões dar conta de toda a lida no campo e com o gado, também servindo de soldados aos patrões, quando necessário, nas frequentes lutas que se seguiam as disputas políticas. Sobre essas relações de compadrio, Paulo Pinheiro Machado escreve:

Para os trabalhadores sertanejos, o batismo significava, principalmente, um meio de proteção à criança, pois, pela tradição católica, o padrinho é um segundo pai, ou um pai espiritual, podendo assumir responsabilidades na educação e proteção ao afilhado. Nesta lógica, quanto mais poderoso o padrinho, melhor. Para o fazendeiro, apadrinhar uma criança significava assumir um conjunto de compromissos ligados ao auxílio do afilhado, mas receber, em contrapartida, a lealdade tanto do afilhado como de seu compadre.¹⁰¹

⁹⁹ MACHADO, op. cit., p. 66.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 67.

¹⁰¹ Ibidem, p. 67.

Já o papel desempenhado pela imprensa no coronelismo era eminentemente político, visto que a maioria do eleitorado, ou seja, a população alfabetizada, se encontrava nas cidades, não no campo. Era necessário estender as camadas médias urbanas o discurso político dos coronéis e, assim, vários jornais foram patrocinados com tal objetivo. Em geral os redatores eram profissionais que estavam ligados aos mandatários da região, quando não seus parentes diretos¹⁰². Este é o caso dos irmãos Belisário e Vidal Ramos que, em sua juventude, colaboraram ativamente no semanário “O Lageano”, primeiro jornal editado em Lages, inaugurado em 1883 como órgão oficial do Partido Conservador¹⁰³. Os liberais contavam, inicialmente, com “O Echo da Serra” (1885), depois substituído pelo “O Escudo” (1886)¹⁰⁴. O principal jornal no período republicano e que alcançará maior projeção é o “Região Serrana” (1897)¹⁰⁵.

O surgimento dos primeiros jornais de Lages, na década de 1880, é resultado dos esforços empreendidos pelas grandes famílias pecuaristas, como os Ramos, buscando-se os discursos de modernização da cidade como essencial para modificar a imagem de cidade com características provincianas, para valorizar essas iniciativas. Isso teve início no último quarto do século XIX, com o envio de seus filhos para estudarem no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, proporcionando uma melhor instrução as novas gerações¹⁰⁶. Fundado em 1869 e dirigido por jesuítas, o educandário possuía grande renome, atraindo rapazes de famílias abastadas de vários estados brasileiros. Em seu currículo eram oferecidas disciplinas de religião, português, literatura, alemão, inglês, francês, geografia, matemática (inclusive mecânica e astronomia), desenho, história natural, física, química e lógica¹⁰⁷. Vários integrantes da família Ramos frequentaram a instituição, como Vidal Júnior, seu filho Nereu e o sobrinho Aristiliano¹⁰⁸. Isso mostra o quanto Lages, principalmente sua elite, ainda permanecia ligada ao estado gaúcho, não apenas econômica, mas também culturalmente.

Após a proclamação da República, havia uma tendência geral de conciliação entre os grupos políticos em Santa Catarina. Assim é fundado o Partido Republicano Catarinense,

¹⁰² *Ibidem*, p. 94.

¹⁰³ COSTA, *op. cit.*, p. 1234-1235.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 1081.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 1082.

¹⁰⁶ MACHADO, *op. cit.*, p. 79.

¹⁰⁷ COSTA, *op. cit.*, p. 1006.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 1009-1010.

PRC, reunindo antigos conservadores e liberais do Império agora convertidos em ardorosos republicanos¹⁰⁹¹¹⁰. É o caso do jovem Vidal Ramos Júnior, que ficou ao lado dos “republicanos históricos”, juntamente de figuras como Lauro Müller, Hercílio Luz e Felipe Schmidt¹¹¹. Até a década de 1930 os partidos republicanos estaduais representariam um sistema de poder oligárquico, onde os diversos grupos se articulavam e disputavam a hegemonia, excluindo da política a maioria da população brasileira.

Nos primeiros anos do regime republicano, a situação em Santa Catarina esteve tumultuada com a Revolta da Armada e a Revolução Federalista. A violenta repressão do governo de Floriano Peixoto culminou no massacre de Anhatomirim e na polêmica mudança de nome da capital do estado, de Nossa Senhora de Desterro para Florianópolis, em homenagem ao presidente¹¹². Após 1894 a normalidade institucional retornou, com as disputas políticas agora sendo resolvidas dentro do PRC e não mais em recurso das armas no campo de batalha. O partido tornou-se então o principal meio de articulação da oligarquia estadual, um espaço de disputa entre os diferentes grupos e um instrumento das demandas regionais frente ao governo federal¹¹³.

¹⁰⁹ MACHADO, op. cit., p. 103.

¹¹⁰ No caso de Santa Catarina, não havia uma significativa presença do movimento republicano antes da proclamação da República, com poucos nomes de destaque, sendo o principal o de Lauro Müller, que será, justamente, o escolhido pelo presidente Deodoro da Fonseca para ser o primeiro governador republicano do estado, por indicação de Benjamin Constant. PIAZZA, Walter Fernando. O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

¹¹¹ SILVA, op. cit., p.115.

¹¹² Ibidem, p. 87-89.

¹¹³ MACHADO, op. cit., p. 91-92.

Capítulo II – A República em Santa Catarina

2.1. A Transição Republicana.

Ao longo do Segundo Reinado (1840-1889) a política brasileira esteve dividida entre dois partidos antagônicos, o Conservador e o Liberal. O primeiro englobava grandes latifundiários e comerciantes voltados ao setor agroexportador, preconizando a centralização do poder nas mãos do monarca, enquanto o segundo, composto por profissionais liberais (advogados, médicos, professores, etc.) e donos de terras cuja produção era direcionada ao consumo interno, defendia a descentralização político-administrativa do Estado, com base no liberalismo individual e econômico¹¹⁴. No entanto, a partir da década de 1870, o Republicanismo e o Positivismo vão ganhando cada vez mais força no país, minando os alicerces do Trono imperial, embora tenha sido o exército responsável pelo golpe decisivo em 15 de novembro de 1889¹¹⁵.

Em Lages a notícia da implantação do novo regime chegou no dia 21 de novembro¹¹⁶, ocasionando uma verdadeira conversão de republicanos, como Vidal Ramos Júnior, então deputado provincial e figura importante no Partido Conservador, que assumiu a liderança do recém-fundado “Club Republicano Federalista Marechal Deodoro”, ao qual aderiram ex-conservadores e ex-liberais do Império¹¹⁷. Todavia, a jovem República será quase imediatamente vítima de perigosas turbulências, conforme os grupos que participaram de sua proclamação, antes aliados, agora disputavam a hegemonia¹¹⁸. A Constituição de 1891 estabeleceu um sistema presidencialista no Brasil que, embora garantisse a autonomia dos estados, não agradou aos defensores de um modelo mais liberal-parlamentarista.

¹¹⁴ LIMA, Guilherme da Conceição de. Confrontos Periódicos: Os embates entre Liberais e Conservadores nos jornais de Desterro durante o Governo Gama Rosa em Santa Catarina (1883-1884). *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, UFSC, v.11, n.2, 2017, p. 64-76.

¹¹⁵ ANDRADE, Léo Rosa de. A estrutura coronelística de dominação: análise de um caso. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 1984, p. 29.

¹¹⁶ COSTA, Licurgo. O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 4v., p. 1241.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 1245-1248.

¹¹⁸ Araújo, Bernardo Goytacazes de. A instabilidade Política na Primeira República Brasileira. *Revista Estudos Filosóficos*, nº 3, 2009, p. 129-141.

A crise provocada pelo colapso da política econômica do então ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, e as divergências entre os poderes Executivo e Legislativo, levaram a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, na Primeira Revolta da Armada¹¹⁹. O vice-presidente, Floriano Peixoto, também marechal, assume o governo com a tarefa de convocar novas eleições presidenciais, conforme estabelecia a recém-promulgada Constituição¹²⁰, mas é autorizado a concluir o restante do mandato, o que desagradou um grupo de 13 generais e almirantes, os quais publicaram um manifesto em 31 de março de 1892. Floriano respondeu de maneira autoritária e enérgica, como lhe era característico, reformando ou rebaixando os signatários. A tensão continuou aumentando até que, em 2 de fevereiro de 1893, rebentou a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. O estado gaúcho era presidido por Júlio de Castilhos, ardoroso positivista e um dos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense, tendo elaborado uma constituição estadual fortemente centralizadora, levando a oposição, no caso o Partido Federalista, liderado por Gaspar da Silveira Martins, a pegar em armas na defesa de seus ideais¹²¹. Os federalistas ficaram conhecidos como “maragatos”, enquanto os republicanos, apoiados pelo governo federal, eram chamados de “pica-paus”¹²².

Quase que imediatamente os combates se alastraram para Santa Catarina, onde os federalistas encontraram apoio entre as antigas lideranças do Partido Liberal, ressentidas do predomínio de seus adversários, ex-conservadores, no interior do novo Partido Republicano Catarinense. Uma coluna de 1.600 maragatos, comandada por Gumercindo Saraiva, entrou em Lages no dia 10 de novembro de 1893, enquanto os legalistas, encabeçados pela família Ramos, buscavam refúgio no interior de suas fazendas¹²³. Sobre isso o próprio Vidal Ramos Júnior registrou em suas memórias:

Por ocasião da invasão do exército do caudilho Gumercindo Saraiva, eu, meu pai, meu irmão e vários amigos corremos grandes riscos. Por um verdadeiro milagre escapamos de cair nas garras do famigerado Cesário Saraiva.

¹¹⁹ ANDRADE, op. cit., p. 31-34.

¹²⁰ Segundo a Constituição de 1891, em caso de falecimento ou renúncia do presidente da República antes de completados dois anos, ou seja, metade de seu mandato, novas eleições seriam convocadas.

¹²¹ COSTA, op. cit., p. 296-297

¹²² No Uruguai, o termo “maragato” é uma designação para matador de aluguel. Como o movimento federalista iniciou sua insurgência a partir do país vizinho, os republicanos passaram a chamá-los de maragatos. Já os republicanos ficaram conhecidos como “pica-paus” por trajarem fardas de cor vermelha. MACHADO, op. cit., p. 116.

¹²³ COSTA, op. cit., p. 299.

Minha fazenda foi quase despovoada de gado vacum e cavalari e o que sobrou dos repetidos arrebanhamentos foi ainda reduzido pela falta de trato. Quase fiquei só com o campo.¹²⁴

Um pouco antes, em outubro, a capital do estado, Desterro, era ocupada pelos revoltosos da Armada, que, pela segunda vez, se insurgiam contra o presidente da República. Ambos os movimentos procuravam unir forças para depor Floriano Peixoto¹²⁵.

No entanto, o “marechal de ferro” resistiu e contra-atacou, muitas vezes utilizando de grande violência, conseguindo derrotar os inimigos, em parte ajudado pelas dissensões internas no próprio movimento rebelde. Lages acabou libertada por um destacamento do exército republicano, a “Divisão do Norte”, sob comando do general Pinheiro Machado, que será um dos homens mais influentes da política nacional nos próximos 20 anos¹²⁶, e com o qual Vidal Ramos Júnior estabeleceu uma amizade que lhe seria muito útil no futuro:

Fiz conhecimento com Pinheiro Machado, quando ele passou duas vezes por Lages, em perseguição dos maragatos de Gumercindo, à frente da famosa Divisão do Norte. Tive ocasião de prestar-lhe alguns serviços que ele considerou valiosos. Um deles foi o de arranjar-lhe emprestados alguns contos de réis para o cofre da Divisão, então exaurido. Por sua intervenção, finda a Revolução, esse pequeno empréstimo foi pago.¹²⁷

No litoral, as forças legalistas do coronel Antônio Moreira Cesar reconquistaram Desterro em abril de 1894, evento marcado pelo massacre de Anhatomirim: a execução sumária de opositores do governo. O número de mortos ainda é motivo de contestação pela historiografia catarinense, bem como o grau de envolvimento do presidente Floriano Peixoto, embora, por ter nomeado Moreira Cesar como interventor militar de Santa Catarina, inevitavelmente sua imagem está atrelada aos horrores cometidos. Como parte do processo de construção de uma simbologia vitoriosa para legitimação do domínio político dos republicanos sobre os federalistas no estado catarinense, a capital Desterro

¹²⁴ RAMOS, Vidal José de Oliveira. Notas sobre minha vida, discursos e correspondências. Florianópolis: IHGSC, 2005, p. 224: il. (Coleção Catarina, 7), p. 74-75.

¹²⁵ SILVA, Valdir Alvim da. Poder político e políticas públicas: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – uma história de dominação de classe. 318 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. 1996, p. 84-85.

¹²⁶ COSTA, op. cit., p. 302.

¹²⁷ RAMOS, op. cit., p. 75.

mudou de nome, passando a se chamar Florianópolis, em homenagem ao presidente Floriano Peixoto¹²⁸.

O período entre 1889 e 1894 é turbulento para Santa Catarina, com a promulgação de três constituições estaduais diferentes¹²⁹ e vários governadores, interventores federais e juntas de governo se sucedendo no poder, conforme a situação política alternava de republicanos para federalistas e vice-versa. A situação enfim será normalizada com a eleição e posse de Hercílio Luz como governador do estado em 28 de setembro de 1894, enquanto, no âmbito nacional, Floriano Peixoto é sucedido por Prudente de Moraes, o primeiro civil a ocupar a presidência do Brasil, o qual adotou uma postura conciliadora, anistiando todos os envolvidos na luta e readmitindo os oficiais rebeldes nas Forças Armadas¹³⁰.

Em Lages, os líderes federalistas são integrados ao Partido Republicano Catarinense e a administração pública é reorganizada, sendo o jovem Vidal Ramos Júnior, então aos 29 anos de idade, eleito superintendente municipal em 7 de abril de 1895, concretizando sua posição de principal chefe político da cidade¹³¹¹³². Segundo Licurgo Costa, depois de tantas lutas fratricidas sua maior preocupação era promover a conciliação política e social da população lageana e, para tal intuito, organizou a fundação do “Clube Literário e Recreativo Primeiro de Julho”, em 1896, destinado a ser um espaço de encontro e socialização da elite local, independente das simpatias ideológicas de cada membro¹³³. O próprio Vidal, apesar das disputas, nunca escondeu suas relações de amizade com os federalistas:

¹²⁸ Com a proclamação da República o novo regime imediatamente começou a promover seus valores e símbolos perante a sociedade, eliminando da memória coletiva qualquer referência ao passado imperial brasileiro. Esse processo também ocorreu em Santa Catarina, mesclado com a necessidade de legitimação dos republicanos frente a seus opositores federalistas. Para mais informações sobre os eventos que levaram a mudança de nome da capital catarinense e seus desdobramentos na historiografia estadual, ver: LUNARDELLI, Diego. As marcas do legalismo autoritário em Desterro. Orientador: MACHADO, Paulo Pinheiro. 2020. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

¹²⁹ No caso as constituições estaduais de 1891 (republicana), 1892 (federalista) e 1895 (republicana) - PIAZZA, Walter Fernando. O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

¹³⁰ COSTA, op. cit., p. 311.

¹³¹ Ibidem, p. 1255-1256.

¹³² No mesmo período Vidal Ramos Júnior também será eleito deputado estadual a 2ª legislatura (1896-1897) e a 4ª legislatura (1901-1903). A legislação da época permitia o acúmulo de cargos políticos.

¹³³ Ibidem, p. 495.

Os grandes chefes federalistas, coronéis Cordova Passos, de Lages, Francisco Albuquerque, de Curitiba, Augusto Carlos, de Campos Novos e Genovêncio Mattos, de São Joaquim, foram dos meus melhores amigos e correionários políticos. É este um fato público e notório em todo o Estado.¹³⁴

As habilidades políticas e realizações de Vidal Ramos na superintendência municipal de Lages impulsionaram seu nome para vice-governador de Santa Catarina, na chapa de Lauro Müller, em 1902. Como este permaneceu menos de um mês no cargo, seguindo para o Rio de Janeiro, onde é nomeado para o ministério do presidente Rodrigues Alves, coube a Vidal exercer o governo estadual, no qual permaneceu até 1905¹³⁵, quando renunciou para ocupar uma vaga de deputado federal. Em sua administração e na de Gustavo Richard (1906-1910), ocorre a fusão definitiva dos antigos federalistas como Eliseu Guilherme da Silva e Abdon Batista ao Partido Republicano Catarinense¹³⁶.

A primeira década e meia da República em Lages também será tumultuada por uma ferrenha luta entre a Igreja Católica e a Maçonaria, um capítulo pouco debatido pela historiografia tradicional catarinense. Fundada em dezembro de 1888, a Loja “Luz Serrana” reunia em seus quadros os principais nomes da elite lageana, incluindo Vidal Ramos Sênior e seus filhos Belisário e Vidal Júnior, que, embora católicos na maioria, não viam incompatibilidade entre as duas instituições¹³⁷. Enquanto isso, em 1891, a paróquia de Lages foi entregue a Ordem dos Frades Menores (OFM), mais conhecidos como Franciscanos, que encontraram um cenário pouco animador: o distanciamento dos fiéis era notório, com uma baixíssima frequência a missa e desrespeito aos sacramentos da Igreja. Dispostos a mudar essa situação, os religiosos, liderados por Frei Pedro Sinzig, promoveram uma intensa reação, identificando os maçons como seus principais adversários. A imprensa tornou-se o grande palco da luta com, de um lado, o semanário “O Imparcial”, que não fazia jus ao nome, de orientação maçônica, tendo circulado de 1901 a 1907, e, de outro, “O Cruzeiro do Sul”, lançado em 1902 sob a direção dos Franciscanos¹³⁸. A questão chegou a término com a transferência de Frei Sinzig para Curitiba, em 1904¹³⁹. Não encontramos mais informações sobre o envolvimento da

¹³⁴ RAMOS, op. cit., p. 75.

¹³⁵ O restante do mandato será exercido pelo presidente do Congresso Representativo do Estado, deputado Antônio Pereira da Silva e Oliveira (1848-1938) – PIAZZA, op. cit., p. 337.

¹³⁶ SILVA, op. cit., p. 106.

¹³⁷ COSTA, op. cit., p. 1417-1418.

¹³⁸ Ibidem, p. 1091-1093.

¹³⁹ Ibidem, p. 1421.

família Ramos com a Maçonaria, configurando um tema ainda aberto para investigação histórica.

Em 1902, com a eleição de Vidal Ramos Júnior a vice-governador de Santa Catarina, seu irmão mais velho, Belisário Ramos, assume a superintendência municipal de Lages, permanecendo no cargo por 20 anos, através de sucessivas reeleições (aos moldes apresentados no capítulo anterior). Sua administração será marcada por grandes obras de infraestrutura e comunicações, principalmente com auxílio do governo estadual nos dois períodos que o irmão esteve à frente da administração catarinense (1902-1905, 1910-1914). Belisário frequentemente se afastava das funções públicas por um ou dois meses para tratar de interesses particulares, em suas fazendas dos “Morrinhos”, “São Roque” e “Serro Meleiro”¹⁴⁰, e por duas vezes deixou o posto em períodos mais longos: de janeiro de 1911 a agosto de 1914 e de janeiro de 1919 a dezembro de 1922. Conforme a legislação da época era prerrogativa do superintendente municipal, ao se afastar temporariamente do cargo, designar seu substituto e, assim, Belisário indicou o genro Otacílio Costa (no período 1911-1914) e o filho Aristiliano Ramos (1919-1922)¹⁴¹.

2.2. O Partido Republicano Catarinense e a Questão de Limites

A principal liderança no partido era Lauro Severiano Müller (1863-1926), nascido em Itajaí e descendente de imigrantes alemães, militar de carreira chegando a General-de-Divisão em 1921, aluno de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha, foi indicado por ele para ser o primeiro governador republicano de Santa Catarina, tendo exercido o cargo por quatro vezes (1889-1890, 1890-1891, 1902-1906, 1918-1922) embora tenha efetivamente governado apenas nove meses¹⁴². Em contrapartida exerceu muitas funções na esfera federal, como Ministro da Viação e Obras Públicas (1902-1906) e Ministro das Relações Exteriores (1912-1917), além de Senador (1900-1904, 1912-1921, 1921-1926)¹⁴³. Um republicano histórico e positivista, ao longo da Primeira

¹⁴⁰ Ibidem, p. 1571-1573.

¹⁴¹ Ibidem, p. 807.

¹⁴² Eleito para o quadriênio 1902/1906, Lauro Müller permanece menos de um mês no cargo, seguindo para o Rio de Janeiro, onde é nomeado para o ministério de Rodrigues Alves, assumindo o governo do estado o vice-governador Vidal Ramos. Sendo novamente eleito governador de Santa Catarina em 1918, não chegará a tomar posse, com o vice Hercílio Luz exercendo o mandato.

¹⁴³ SILVA, op. cit., p. 79-80.

República, Lauro Müller agirá como um articulador político e figura conciliadora entre as duas correntes distintas que se formam no PRC, as chamadas “linha aberta” e “linha dura”. Ambas disputavam a hegemonia dentro do partido e possuíam opiniões diferentes sobre como resolver o problema de limites com o Paraná.

Conhecida na historiografia oficial como a “Questão do Contestado”, sua origem está no processo de ocupação do território catarinense. Em 1881 a República Argentina reivindicou o território de Misiones, uma área de 66.820 quilômetros quadrados, atualmente correspondendo ao oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. O litígio acabou submetido ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, em 1895, com decisão favorável para o Brasil¹⁴⁴. A região passou então a ser contestada entre os dois estados brasileiros, interessados em seu potencial econômico, com o Paraná alegando ter sido o primeiro a ocupar as terras¹⁴⁵ e Santa Catarina reclamando a área com base em documentos oficiais desde o período colonial. O caso seguiu para o Supremo Tribunal Federal que por três vezes (1904, 1909 e 1910) deu ganho de causa aos catarinenses, representados pelo Conselheiro Manoel da Silva Mafra¹⁴⁶. No entanto, o Paraná sempre recorria das sentenças com Embargos Declaratórios, ao mesmo tempo que promovia uma grande campanha na imprensa nacional, especialmente no Rio de Janeiro, colocando a opinião pública contra Santa Catarina, a fim de pressionar por uma solução negociada¹⁴⁷. No PRC a “linha aberta” era favorável a um acordo com os paranaenses, em oposição a “linha dura” que defendia o reconhecimento efetivo das decisões judiciais, embora ambas demonstrassem total indiferença com a população sertaneja da região.

Como latifundiário e pecuarista do planalto serrano, Vidal Ramos tinha claro interesse em expandir suas estâncias e rebanhos para oeste e, assim, torna-se uma das principais lideranças da “linha dura”, ao lado de Felipe Schmidt. Enquanto ocupava o cargo de superintendente municipal de Lages, entre 1895 e 1902, colaborou ativamente com o Conselheiro Mafra em suas pesquisas nos arquivos da cidade, na busca por documentos

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 108-109.

¹⁴⁵ MACHADO, *op. cit.*, p. 135. A maioria da população no território contestado era proveniente do Paraná, mas que procurava se afastar do estado, onde a grilagem era muito mais intensa, e simpatizava com as reivindicações catarinenses.

¹⁴⁶ O Conselheiro Mafra representou os interesses catarinenses até sua morte em 1907, sendo substituído pelo Visconde de Ouro Preto, que também faleceu em 1912. A defesa do caso então passou ao senador paraibano Eptácio Pessoa, futuro presidente da República entre 1919 e 1922. – SILVA, *op. cit.*, p. 112.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 111.

que embasassem os direitos de Santa Catarina pela região do Contestado¹⁴⁸. E nos dois mandatos que exerceu no governo do estado (1902-1905 e 1910-1914) Vidal Ramos resistiu de forma tenaz as pressões de negociar com o Paraná, como deixa claro em suas memórias:

O caso da extemporânea proposta de arbitramento para solucionar a secular questão de limites, Santa Catarina – Paraná foi um dos mais sérios que tive de enfrentar no governo do Estado.

Lauro Müller, porque estivesse sinceramente descrente da execução da sentença que deu ganho de causa ao seu Estado, ou porque a sua situação de ocupante do Itamarati o forçasse a isso, aceitou a sugestão de origem paranaense, para submeter o pleito ao julgamento de um árbitro, deixando de lado a sentença do Supremo Tribunal.

Achei isso um disparate. Entendia que uma sentença definitiva do mais alto Tribunal do país na [sic] era letra morta. Discordei francamente, sem vacilações, apesar de saber que o Presidente da República e o chefe da política nacional, Pinheiro Machado, já se tinham manifestado favoráveis à tardia sugestão.¹⁴⁹

Seu maior adversário político e figura central da “linha aberta” era Hercílio Pedro da Luz (1860-1924). Natural de Desterro e descendente de açorianos, estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e na Universidade de Liège, na Bélgica, onde formou-se em Engenharia de Artes e Manufaturas. Durante a Revolução Federalista, Hercílio Luz apoiou o governo do Marechal Floriano Peixoto, comandando a resistência legalista em Blumenau, onde era engenheiro-chefe da Comissão de Terras, encarregada do processo de colonização. Com base no prestígio adquirido iniciou sua carreira política, sendo o primeiro civil eleito governador de Santa Catarina e ocupando o cargo por três mandatos (1894-1898, 1918-1922, 1922-1924)¹⁵⁰. Diferente de Lauro Müller, nomeado ou eleito quatro vezes para o governo do estado, mas que não exerceu a função por muito tempo, preferindo as articulações federais, Hercílio Luz participou de maneira contínua na política catarinense, mesmo quando estava no Senado (1900-1906, 1906-1914, 1915-1924). A liderança que detinha na “linha aberta” era incontestável, ao ponto de seus apoiadores serem chamados de “hercilibistas” e sua ligação com os empresários e industriais do litoral e vale do rio Itajaí, com destaque para a família Konder-Bornhausen, será fundamental para a futura ascensão desse grupo ao poder em Santa Catarina¹⁵¹.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 110.

¹⁴⁹ RAMOS, op. cit., p. 93

¹⁵⁰ SILVA, op. cit., p. 90.

¹⁵¹ Ibidem, p. 131.

Durante o longo processo judicial sobre a região do Contestado, seus habitantes foram os que mais sofreram com a indefinição. A presença do poder público era pífia e não havia nenhuma regularização da posse de terras pela população sertaneja, composta por caboclos mestiços, pequenos posseiros que viviam da agricultura de subsistência e da extração de erva-mate¹⁵². A construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, entre 1908 e 1910, pela Brazil Railway Company, de propriedade do empresário estadunidense Percival Farquhar (1864-1953), agravou ainda mais a situação. Farquhar era próximo da oligarquia catarinense desde a época que Lauro Müller ocupou o ministério da Viação e Obras Públicas e lhe concederá autorização para operar a Light and Power Company no Rio de Janeiro em 1905¹⁵³.

O governo brasileiro concedeu a companhia ferroviária 15 quilômetros de terras em cada lado dos trilhos, declaradas como devolutas, ignorando completamente as pessoas que nelas habitavam¹⁵⁴. Para explorar as florestas de araucária, Farquhar criou a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, que seria uma das maiores serrarias do mundo no início do século XX, e desapropriou os posseiros. Ele possuía o apoio dos latifundiários do planalto serrano¹⁵⁵, incluindo Vidal Ramos, que se beneficiaram com a valorização de suas propriedades graças a passagem da estrada de ferro e desejavam ocupar o restante do território¹⁵⁶.

Aos camponeses sem terra se juntaram os trabalhadores da ferrovia, demitidos após sua inauguração e abandonados à própria sorte. Muitos desses sertanejos procuraram a ajuda do monge José Maria, um profeta e curandeiro místico que peregrinava na região, cuja origem é pouco conhecida. Seu nome verdadeiro seria Miguel Lucena de Boaventura, era alfabetizado e conhecia de maneira profunda o emprego de ervas nativas para fins medicinais¹⁵⁷. A fama de José Maria aumentou após se espalhar a notícia de que teria curado milagrosamente a esposa do coronel Francisco de Almeida, importante fazendeiro de Campos Novos. Convidado a se estabelecer no arraial de Taquaruçu, município de Curitiba, em 1912, o monge organizou uma “farmácia do povo” onde

¹⁵² MACHADO, op. cit., p. 69-70.

¹⁵³ KONDER, Marcos. Lauro Müller: Ensaio Biobibliográfico (2ª. Edição). Florianópolis: Imprensa Oficial, 1957, p. 63-65.

¹⁵⁴ MACHADO, op. cit., p. 148.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 149.

¹⁵⁶ SILVA, Op. cit., p. 117-118.

¹⁵⁷ MACHADO, op. cit., p. 175-176.

atendia aqueles que o procuravam¹⁵⁸. Os médicos eram raros no planalto e, assim, os curandeiros assumiam grande importância popular.

Um número cada vez maior de pessoas chegava a Taquaruçu, muitas delas expropriadas pela Lumber e vendo em José Maria sua derradeira esperança de uma vida melhor. Pregando o amor ao próximo e a natureza, ele também exaltava a monarquia como algo sagrado. Ao se recusar a obedecer a uma convocação do superintendente municipal de Curitiba, coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, para que declarasse suas intenções, o monge obteve a antipatia do potentado, que recorreu a intervenção do governo estadual, alegando o perigo dos “monarquistas de Taquaruçu”¹⁵⁹.

O governador de Santa Catarina, Vidal Ramos, então ocupando o cargo pela segunda ocasião, concordou em disponibilizar o regimento de segurança do estado para debandar os sertanejos. Mesmo não entendendo a situação, José Maria decidiu abandonar o arraial para evitar um confronto, indo habitar em Irani, nos campos de Palmas, acompanhado por cerca de 40 pessoas. A região hoje pertence ao estado catarinense, mas na época estava sob jurisdição do Paraná, que interpretou a chegada do grupo como uma manobra de Santa Catarina para provocar uma intervenção federal na região e, assim, o cumprimento das sentenças do Supremo Tribunal¹⁶⁰. O governo paranaense decidiu agir energicamente e a tensão chegou ao clímax em 22 de outubro de 1912, quando o regimento de segurança do estado atacou o reduto de Irani. No combate morreram 11 sertanejos, incluindo José Maria, e 10 soldados, entre eles o comandante do regimento, coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho. Mesmo com a morte do monge, este seria o início de quatro anos de guerra, que envolveria um efetivo militar cada vez maior e deixaria um saldo brutal de milhares de mortos¹⁶¹.

Até o final de seu mandato, em 1914, Vidal Ramos manteve uma postura irredutível, se recusando a qualquer negociação com o Paraná, ao mesmo tempo que intensificava a repressão aos sertanejos. Seu filho mais velho, Nereu de Oliveira Ramos (1888-1958), formado advogado em 1909 pela Faculdade de Direito de São Paulo, era o principal

¹⁵⁸ Ibidem, p. 176.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 181. Embora presente, o monarquismo dos seguidores de José Maria permanecia muito incipiente nesta fase do movimento. A concentração crescente de sertanejos pobres insubmissos era a principal preocupação das autoridades.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 184.

¹⁶¹ SILVA, op. cit., p. 117.

assessor do governo e apoiava ferrenhamente essa resistência¹⁶². Após o término do conflito, Vidal procurou se justificar:

Ninguém lamentou mais sinceramente do que eu o sacrifício de infelizes sertanejos iludidos e arrastados à prática do crime por malfeitores de diversas procedências. Resta-me o consolo de haver feito, tudo quanto me foi possível para evitar derramamento de sangue, como provam os documentos que constam do meu arquivo, e foram em tempo publicados pela imprensa do País. A manutenção da ordem é um imperativo do qual não podem fugir os que governam.¹⁶³

O governo federal, no qual Lauro Müller ocupava então o ministério das Relações Exteriores, pressionava por uma solução, enquanto a “linha aberta” se organizava para eleger Hercílio Luz no governo do estado. Todavia, Vidal Ramos consegue emplacar seu aliado Felipe Schmidt como sucessor para o quadriênio 1914/1918, mas para isso utiliza quase todo o prestígio e capital político que possuía¹⁶⁴. Um dos líderes da “linha dura”, já tendo governado Santa Catarina anteriormente entre 1898 e 1902, Felipe Schmidt (1859-1930) nasceu em Lages, mas cresceu em Tijucas. Era primo-irmão de Lauro Müller e, assim como ele, seguiu uma carreira militar, sendo reformado como General-de-Divisão¹⁶⁵. De caráter autoritário, em seu primeiro mandato recebeu forte oposição de Hercílio Luz, inclusive com ataques diretos na imprensa¹⁶⁶. Com sua eleição, Vidal Ramos e a “linha dura” esperavam afastar qualquer proposta de acordo com o Paraná sobre a questão do Contestado.

No entanto, a dimensão e brutalidade que a guerra alcança, fazem o presidente da República, Wenceslau Brás, agir com mais dureza contra o governo catarinense, inclusive com ameaças políticas sérias. O próprio Lauro Müller, vendo sua posição em risco, deixa de lado a neutralidade habitual e pressiona seu parente por uma solução negociada¹⁶⁷. Assim, mesmo contrariado, Felipe Schmidt acaba por ceder e um acordo entre Paraná e Santa Catarina é assinado no Rio de Janeiro, com a mediação do presidente Wenceslau

¹⁶² Ibidem, p. 118.

¹⁶³ RAMOS, op. cit., p. 102.

¹⁶⁴ SILVA, op. cit., p. 113.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 103.

¹⁶⁶ Ver – SCHARF, Elisabete Weber. Política, briga e imprensa: Críticas à Felipe Schmidt através do jornal *República*. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, UFSC, v.2, n.2, 2008, p. 18-23.

¹⁶⁷ COSTA, op. cit., p. 712-713.

Brás, em 20 de outubro de 1916, estabelecendo os atuais limites entre os estados¹⁶⁸. Apenas dois meses antes, em agosto, o último líder sertanejo, Adeodato, era capturado, trazendo um fim ao sangrento conflito¹⁶⁹.

2.3. A Reforma do Ensino.

Apesar da guerra, a segunda administração estadual de Vidal Ramos também seria marcada por reformas na educação pública catarinense, levadas a efeito pelo professor paulista Orestes Guimarães (1871-1930). Após a proclamação da República, o novo regime procurou afirmar uma identidade nacional brasileira, a exemplo dos Estados-Nação europeus. Assim, era necessário assimilar as colônias de imigrantes existentes principalmente nos estados do sudeste e sul do Brasil, que até então permaneciam pouco integradas ao restante do país, mantendo sua homogeneidade cultural e linguística¹⁷⁰. O estado de São Paulo, em 1893, foi o primeiro a iniciar um amplo processo de modernização do ensino primário, influenciado pelo modelo de escola americana da professora Márcia Browne. Sua proposta pedagógica determinava aulas mais curtas, adequadas à idade dos alunos, intercaladas com exercícios de ginástica, trabalhos manuais, cantos e marchas, com objetivo de explorar a curiosidade natural das crianças¹⁷¹.

As reformas educacionais em São Paulo repercutiram em outros estados brasileiros, como Santa Catarina, onde havia colônias alemãs e italianas que cresceram virtualmente isoladas, conservando seus idiomas nativos. Em 1906 o professor Orestes Guimarães, um dos principais expoentes das reformas no ensino paulista, é convidado para assumir a direção do Colégio Público de Joinville¹⁷². Acompanhado de sua esposa, a também

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 709 - Dos 66.820 quilômetros quadrados do Contestado, Santa Catarina recebeu 28.700 e o Paraná 38.120.

¹⁶⁹ Adeodato assumiu a liderança dos rebeldes em 1914, estando a frente dos sertanejos durante o período mais difícil do movimento. Sua captura, seguida de um rápido julgamento no qual é sentenciado a 30 anos de prisão, significou o término efetivo da guerra. Então sua memória será demonizada pela historiografia tradicional catarinense, como um instrumento para condenação de todo o movimento sertanejo do Contestado. Já Paulo Pinheiro Machado nos apresenta as origens de Adeodato que, apesar de analfabeto, era dotado de uma mente perspicaz e plenamente consciente de sua realidade social. MACHADO, *Op. cit.*, p 293-327.

¹⁷⁰ PRESA, Juliana Brocca. Reforma Educacional “Orestes Guimarães”. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, UFSC, v. 1, n. 1, 2009, p. 4.

¹⁷¹ SILVA, *op. cit.*, p. 120.

¹⁷² PRESA, *op. cit.*, p. 2.

professora Cacilda Guimarães, adotou os métodos do modelo americano-paulista, incluindo conceitos como brasilidade e cultura nacional. Seu trabalho alcançou grande repercussão no estado, ao ponto de ser contratado, em 1911, pelo então presidente de Santa Catarina, Vidal Ramos, para ocupar o cargo de Inspetor Geral de Ensino¹⁷³. Em seu artigo para a “Revista Santa Catarina em História”, Juliana Brocca Presa assim expressa:

De acordo com o exposto até então, uma estratégia para a construção da nacionalidade, foi sem dúvida, o ensino público. Desde seu surgimento este sempre esteve atrelado a grupos dominantes, no entanto, não há como negar a influência que ele exerce sobre as populações que afeta. A nacionalização do ensino em conjunto com as escolas públicas possibilitou um cenário estratégico para o desenvolvimento do projeto de criação de uma cultura nacional e foi assim que se percebeu a necessidade de uma reforma no ensino público do Estado de Santa Catarina, devido a práticas pedagógicas ineficazes, mas também devido ao anseio de nacionalizar a população que aqui vivia.¹⁷⁴

Orestes Guimarães dedicou-se a reforma das escolas primárias e a criação dos grupos escolares, escolas complementares, escola normal, além de ativa fiscalização e regulamentação do ensino. Durante o período em que foi Inspetor Geral (1911-1918), visitava pessoalmente as escolas, mesmo as mais longínquas, estabelecendo um contato direto com os docentes. O Regulamento Geral da Instrução Pública, de 1913, determinou que as classes fossem separadas por níveis e faixas-estárias conforme os alunos, ao contrário da maneira anterior, na qual um professor ministrava várias disciplinas para uma turma com crianças de idades diferentes¹⁷⁵. Até 1915, Orestes Guimarães e sua esposa, Cacilda, realizaram em torno de 2.250 aulas e palestras por todo o estado catarinense, visando estabelecer uma uniformidade no programa educacional¹⁷⁶.

Nas regiões de colonização haviam estabelecimentos de ensino próprios, chamados “escolas estrangeiras”, mantidas por congregações religiosas ou organizações comunitárias, que utilizavam somente o idioma nativo dos alunos, geralmente alemão e italiano¹⁷⁷. A fim de mudar tal quadro, o governo estadual patrocinou a instalação de escolas complementares nessas localidades, com professores bilíngues, para atrair o maior número de alunos, para que estes aprendessem o português. As reformas de Orestes

¹⁷³ *Ibidem*, p. 3.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 5.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 6.

¹⁷⁶ SILVA, op. cit., p. 119.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 121.

Guimarães atendiam ao projeto nacionalista de Vidal Ramos, principalmente na questão de assimilar os grupos étnicos imigrantes presentes em Santa Catarina¹⁷⁸. Em suas memórias escreveu:

Posso dizer, sem receio de contestação que o momentoso problema do ensino primário foi pela primeira vez, em Santa Catarina enfrentado com energia e segurança de orientação. Alguma coisa o meu Governo realizou nesse importante setor da pública administração

Deixei instalados em prédios próprios sete Grupos Escolares, os primeiros do Estado. Todos os nomes desses Grupos, com exceção de um, foram dados pelo Governador: Conselheiro Mafra (Joinville); Lauro Müller e Silveira de Souza (Capital); Jerônimo Coelho (Laguna); Vitor Meireles (Itajaí); Luiz Delfino (Blumenau). O de Lages (Vidal Ramos) teve seu nome por uma resolução do Congresso do Estado.

O conhecido educador Professor paulista Orestes Guimarães, foi um dedicado auxiliar do Governo neste setor.¹⁷⁹

A entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, em 1917, contra o Império Alemão deu novo impulso as mudanças, ordenando-se o fechamento de todas as escolas particulares que não ensinassem a língua portuguesa¹⁸⁰. Todavia, embora tenha construído as bases, o professor Orestes Guimarães defendia um processo de nacionalização gradual dos imigrantes e sua assimilação progressiva na sociedade brasileira, sem qualquer caráter repressor, diferentemente do que seria feito por Getúlio Vargas no Estado Novo (1937-1945)¹⁸¹. Apesar de seus esforços, o segundo governo de Vidal Ramos acabou marcado pelo contraste entre a profunda reforma do ensino público e a brutal repressão dos sertanejos do Contestado.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 122.

¹⁷⁹ RAMOS, op. cit., p. 86-87.

¹⁸⁰ PRESA, op. cit., p. 7.

¹⁸¹ Ibidem, p. 10-11.

Capítulo III – Novas Lideranças

3.1. O Domínio Hercilista.

A guerra do Contestado é um divisor de águas na política oligárquica catarinense, aprofundando suas cisões. De um lado, a “linha dura” e, principalmente, Vidal Ramos saíram enfraquecidos, enquanto os “hercilistas” ganharam força no PRC. Outra consequência importante é o eclipse político de Lauro Müller que, embora conservando ainda muita influência, teve sua reputação manchada, recebendo outro golpe em 1917, quando é obrigado a renunciar como Ministro das Relações Exteriores, após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães e o consequente sentimento antigermânico que aflorou na imprensa nacional¹⁸², o que levaria a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial contra o Império Alemão. A partir de 1918 até sua morte em 1924, Hercílio Luz dominou a política estadual. Sua base de sustentação era a Junta Republicana Catarinense, fundada em 1918 como uma associação estratégica de aliados dentro do próprio PRC¹⁸³.

A eleição para o governo catarinense em 1918 marca definitivamente a mudança de comando no PRC. Para suceder a Felipe Schmidt, a cúpula do partido, chefiada por Lauro Müller, indicou o senador Abdon Batista, influente político da região norte do estado, que servira como vice-governador durante o mandato de Gustavo Richard (1906-1910). No entanto, os hercilistas manobram para esvaziar sua candidatura, lembrando seu passado como ex-federalista. Várias passeatas ocorrem em Florianópolis, exaltando o nome de Hercílio Luz e pressionando a liderança política em seu favor¹⁸⁴. Uma solução estratégica é alcançada, na qual Lauro Müller seria eleito governador de Santa Catarina, mas não assumiria, ficando o vice Hercílio Luz no exercício do cargo¹⁸⁵. Passando a maior parte do tempo no Rio de Janeiro, envolvido no governo federal, quase nunca visitando

¹⁸² “... as demonstrações antigermânicas em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, apesar da forte tendência patriótica exacerbada nos jornais reportados ao “perigo alemão” e dos discursos inflamados de Rui Barbosa, foram menos intensas – mas ajudaram a demitir Müller do Ministério, dada sua identidade teuto-brasileira”. GOMES, Angela Maria de Castro. Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 34.

¹⁸³PIAZZA, Walter (org). Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 426.

¹⁸⁴ SILVA, op. cit., p. 98.

¹⁸⁵ LENZI, Carlos Alberto Silveira. Partidos e políticos de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1983, p. 84.

seu estado natal, Lauro ficou cada vez mais distante da realidade catarinense, tendo subestimado ou não percebido o fortalecimento da posição de Hercílio.

O governo de Hercílio Luz será lembrado pelas grandes obras públicas, como a construção da primeira ponte ligando a ilha ao continente, mas um de seus maiores legados é ter introduzido, na política estadual, os integrantes da família Konder, em especial os irmãos Victor, Adolpho e Marcos. Não a espaço no presente trabalho para uma análise genealógica aprofundada sobre este importante clã político catarinense, a exemplo do que realizamos com os Ramos no primeiro capítulo. Porém, de maneira resumida, a linhagem da família inicia com Marcos Konder Sênior (1854-1898), natural de Schweich, cidade às margens do rio Mosela (atualmente parte do estado da Renânia-Palatinado, no sudoeste da Alemanha)¹⁸⁶. Após a Guerra Franco-Prussiana de 1870/1871, imigrou para o Brasil a convite de Nicolau Malburg, abastado comerciante de Itajaí, que o contratou como professor particular de seus filhos. Logo o jovem se revelou um auxiliar prestativo na firma de Malburg, que o nomeou seu procurador.

Em rápida ascensão profissional, Marcos Konder Sênior abriu o próprio negócio em 1876, atuando no comércio de produtos coloniais e na exportação de madeira, e, no ano seguinte, desposou Adelaide da Silveira Flores (1860-1958), filha do coronel José Henrique Flores (1809-1887), grande latifundiário e chefe local do Partido Conservador¹⁸⁷. Dessa união são frutos: Evelina (1879-1943), casada com Alois Fleischmann; Arno (1880-1942), que seguiu uma carreira diplomática; Marcos (1882-1962), deputado estadual e superintendente municipal de Itajaí entre 1915 e 1930; Adolpho (1884-1956), governador de Santa Catarina no quadriênio 1926/1930; Victor (1886-1941), ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Washington Luiz; Adelaide (1891-1959), casada com Afonso Homem de Carvalho; Elisabeth (1894-1982), casada com Oswaldo Reis, pais de Antonio Carlos Konder Reis; e Marieta (1897-1994), casada com Irineu Bornhausen, pais de Jorge, Roberto e Paulo Konder Bornhausen¹⁸⁸.

O casamento assegurou a Marcos Konder Sênior o prestígio e os contatos necessários para consolidar sua firma. Além disso, a localização geográfica de Itajaí proporcionava uma boa ligação entre as colônias no interior do vale, de um lado, e o exterior,

¹⁸⁶ SILVA, op. cit., p. 128.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 129.

¹⁸⁸ BARRETO, Cristiane Manique. Entre Laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir José (org.). História e Poder: A reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003, p. 170.

principalmente a Alemanha, do outro¹⁸⁹. Após sua morte, os negócios da família passaram a encargo do filho Marcos, que virtualmente assumiu a liderança política local. Enquanto Marcos Konder Filho mantinha o controle em Itajaí, seus irmãos enveredavam em instâncias mais altas do poder¹⁹⁰. Ao tomar posse do governo estadual, em 1918, Hercílio Luz nomeou Adolpho e Victor para seu secretariado, nas pastas da Fazenda e Obras Públicas respectivamente. Tais acontecimentos foram registrados por Marcos Konder Filho na biografia que escreveu sobre Lauro Müller:

Profundamente abalado em seu prestígio pelo fato de não concordarem com o seu candidato Abdon Batista, Lauro teve a certeza de que sua chefia passara às mãos do seu antigo companheiro Hercílio Luz. Este conseguiu logo a adesão dos partidários mais novos, entre os quais se salientavam os meus irmãos Adolfo e Victor. Adolfo deixou o seu posto no Itamaratí [Ministério das Relações Exteriores] para ser Secretário da Fazenda no Governo, e Victor, munido das suas credenciais de chefe político de Blumenau, tornara-se veemente e franco ao exigir em reunião de palácio, que a chefia superior do partido não fosse exercida por pessoa que não residisse no Estado ou não viesse de quando em vez a Santa Catarina para percorrer os seus principais municípios e tomar contacto [*sic*] com seus correligionários [em crítica direta a Lauro Müller].¹⁹¹

No cargo de Secretário da Fazenda, Adolpho Konder organizou uma profunda reforma tributária, com destaque para a instituição do imposto territorial, que incidia sobre todas as propriedades rurais (atingindo os latifundiários do planalto serrano). Outras medidas incluíram a redução em 50% dos direitos de exportação sobre os principais produtos do estado, abolição das restrições impostas à exportação da produção agrícola e isenção dos impostos de capital a todas as benfeitorias rurais¹⁹². Estas medidas visavam estimular o desenvolvimento industrial em Santa Catarina, especialmente no Vale do Itajaí, base política dos Konder.

Enquanto isso, na Serra, também ocorriam mudanças, conforme uma nova geração emergia no seio da família Ramos, pressionando por uma voz mais ativa na condução dos assuntos públicos. Entre 1895 e 1915, sob o patrocínio das administrações de Vidal e

¹⁸⁹ Ibidem, p. 166. “Com estas ligações e o crescimento econômico, foi se construindo uma elite, isto já na virada do século XIX para o XX. Esta elite vai paulatinamente projetando para si os ideais de modernização para o Vale [do Itajaí], atuando no cenário político de maneira singular, defendendo a pequena propriedade, o comércio e a indústria”.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 168.

¹⁹¹ KONDER, Marcos. Lauro Müller; ensaio biobibliográfico. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1957, p. 80-81.

¹⁹² SILVA, op. cit., p. 99.

Belisário Ramos, Lages desfrutou de uma relativa tranquilidade política, não havendo oposição ao comando e poder da grei “Ramista”. Os representantes da região serrana no legislativo estadual eram previamente escolhidos pelo diretório municipal do Partido Republicano Catarinense, controlado por Belisário¹⁹³. No entanto, embora ainda conservasse nominalmente a chefia da política local, o velho coronel vinha cada vez mais acomodando seu filho, Aristiliano Ramos, em desfavor do genro, Otacílio Costa, o que ocasionaria uma perigosa fratura na estabilidade sociopolítica lageana. Até então, Otacílio já havia acumulado considerável prestígio na cidade, graças a sua atuação anterior como deputado estadual (1910-1912, 1913-1915) e pelas obras públicas que realizou quando ocupava interinamente a superintendência municipal de Lages na condição de 1º Substituto (1911-1914)¹⁹⁴. Porém, a despeito de seus feitos, em 1915, na eleição para o Congresso Representativo do Estado, Belisário Ramos, atendendo aos desejos do filho, cortou o nome de Otacílio da bancada serrana e o substituiu por Aristiliano. Inconformado com sua exclusão, a qual considerava injusta e ofensiva, Otacílio logo rompeu com o sogro e organizou um grupo de oposição. Alguns anos depois, em 1920, ao realizar uma visita oficial a Lages, Hercílio Luz, embora recebido com toda a cerimônia e pompa por Belisário e Vidal, estabeleceu contatos extraoficiais com Otacílio Costa, percebendo o potencial de ruptura que ele e os descontentes a sua volta poderiam causar ao domínio dos Ramos na região¹⁹⁵.

Vidal, a exemplo de seu irmão Belisário, também lidava com as ambições políticas dos filhos, principalmente de Nereu Ramos. O jovem advogado já havia sido eleito deputado estadual em duas legislaturas (1910-1912, 1919-1921), mas ansiava galgar posições de maior envergadura¹⁹⁶. Uma aparente oportunidade surgiu em 1921, quando ocorreriam as eleições para renovação da Câmara Federal. Vidal Ramos, então no Senado, lançou, à revelia da convenção estadual do partido, a candidatura de Nereu a uma das vagas em disputa. Imediatamente, porém, encontrou renhida oposição de Hercílio Luz, ofendido em seus brios pelo fato de não ter sido consultado a respeito. Ademais, dado o número reduzido da bancada catarinense no governo federal (3 senadores e 4 deputados), críticas surgiram sobre o que parecia excessivo que nela figurassem pai e filho ao mesmo

¹⁹³ COSTA, op. cit., p. 1264.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 812.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 1265.

¹⁹⁶ PIAZZA, Walter Fernando. O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984, p.373.

tempo, como se o estado não contasse com outros nomes adequados a exercer tais posições. Confrontado por um adversário mais poderoso, Vidal Ramos optou por salvar a face e, assim, renunciou à sua posição como vice-presidente do diretório estadual do partido¹⁹⁷, rompendo em definitivo com Hercílio Luz. Este não perdeu tempo e destituiu a direção lageana do PRC, promovendo a eleição de outra, encabeçada por Otacílio Costa e seus apoiadores. Não podendo contar com a estrutura da máquina partidária, a Nereu Ramos não restou outra opção a não ser retirar sua candidatura do pleito¹⁹⁸. Essa seria a primeira de uma sequência amarga de derrotas políticas que jogariam a família Ramos no ostracismo por quase uma década. Conforme as palavras de Licurgo Costa, filho de Otacílio e neto de Belisário:

Com os sentidos embotados não pressentiram, os velhos chefes, cada vez mais influenciados pelos jovens filhos, ainda sem o necessário tirocínio, que se armava sobre suas cabeças um violento e longo temporal. Nem lhes ocorreria que um poder exercido firmemente com cargos passando de pai para filho, pudesse um dia ser abalado por forças que iam emergindo lenta, porém inexoravelmente, para explodir quando menos eles esperassem, reivindicando também sua parte na condução dos negócios públicos. Assim, o episódio da candidatura de Nereu despertou-os como de um pesadelo.

Destituído do comando político da Serra, tendo perdido a Vice-Presidência do Diretório Estadual e, por fim perdido a eleição de Nereu, começou a poderosa grei familiar a sentir os desconfortos do ostracismo.¹⁹⁹

Ainda em 1921 ocorreria o lançamento da campanha para a sucessão do presidente da República, Epitácio Pessoa. O candidato situacionista era Arthur Bernardes, na época ocupando o governo de Minas Gerais, e que contava com o apoio oficial dos partidos republicanos na maioria dos estados brasileiros (incluindo Santa Catarina). Todavia, um movimento de oposição nacional é articulado pelo ex-presidente Nilo Peçanha, a chamada “Reação Republicana”²⁰⁰, na qual estavam Vidal e Nereu Ramos. O país acabou dividido entre “Bernadistas” e “Nilistas”, em uma campanha agressiva na imprensa e agitada por boatos de anulação das eleições e revolta das Forças Armadas. No entanto, apesar de seus

¹⁹⁷ COSTA, op. cit., p. 1266.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 1268.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 1270.

²⁰⁰ “Na verdade, o movimento da Reação Republicana, era mais uma coligação de lideranças estaduais, do que agremiações partidárias, como as que formavam o Partido Republicano Fluminense (liderado por Nilo Peçanha), o Partido Liberal Baiano, os republicanos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Nos demais Estados, formavam a Reação, dissidências republicanas, como aqui em Santa Catarina, liderados por Vidal Ramos e seu filho Nereu Ramos, que haviam rompido violentamente com Hercílio Luz e seus liderados”. LENZI, op. cit., p. 88-89.

méritos, a candidatura de Nilo Peçanha não era capaz de competir com a máquina política oficial e, por consequência, sua derrota tornou-se previsível²⁰¹. Não obstante a tensão do momento, as eleições ocorreram em perfeita ordem no dia 1º de março de 1922, confirmando a vitória de Arthur Bernardes, que alcançou ao todo 490.710 votos contra 342.302 recebidos pelo candidato da Reação Republicana. Em Santa Catarina o resultado lhe era igualmente favorável, obtendo 12.460 votos, frente os 3.906 do adversário²⁰². Até mesmo em Lages, bastião da família Ramos, os bernadistas também venceram, com 1.249 votos, diante dos 573 conseguidos pelos nilistas²⁰³.

A campanha presidencial de Nilo Peçanha seria a última na qual Vidal Ramos atuaria em uma posição de chefe político. Envelhecido e cansado, gradualmente se retirava da vida pública, entregando sua liderança a Nereu²⁰⁴. A expressiva vitória de Arthur Bernardes reforçou o domínio de Hercílio Luz em Santa Catarina, sacramentado alguns meses depois, em 6 de agosto de 1922, com sua reeleição ou eleição para o governo estadual (visto que oficialmente não era o governador do estado, mas o vice-governador em exercício, já que Lauro Müller não tomará posse do cargo em 1918)²⁰⁵. Não houve uma candidatura de oposição no pleito estadual, pois Vidal, mesmo ainda munido de um mandato de 5 anos no Senado, não demonstrou animo para organizar uma reação.

O fatídico ano de 1922, porém, ainda reservava outro importante revés político aos Ramos, ocorrido em sua própria terra natal. Embora o titular da superintendência municipal de Lages fosse o coronel Belisário, o cargo era exercido desde 1919 por seu filho, Aristiliano, como 1º Substituto. Todavia, faltava ao jovem as habilidades necessárias para executar a tarefa, consequentemente fortalecendo o grupo opositor de Otacílio Costa, agora no comando do diretório local do PRC e que obteve o apoio de seis dos nove membros do Conselho Municipal de Lages, passando a obstaculizar a gestão do cunhado²⁰⁶. Diante do impasse político e com as atenções voltadas para os pleitos presidencial e estadual, a administração da cidade ficou semiabandonada, rendendo a oposição uma fonte inesgotável de críticas contra a família Ramos. Enfim, este era o

²⁰¹ COSTA, op. cit., p. 1272.

²⁰² PIAZZA, (1984), op. cit., p. 373.

²⁰³ COSTA, op. cit., p. 1279.

²⁰⁴ RAMOS, op. cit., p. 107. “Como direi em outro lugar, a última campanha política que fiz em todo o estado foi a Reação Republicana, chefiada pelo eminente Nilo Peçanha em todo o País. Nessa campanha, que foi árdua, porque contra a máquina oficial, tive ainda a responsabilidade de chefe”.

²⁰⁵ COSTA, op. cit., p. 1280.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 813-814.

cenário quando, a 12 de novembro de 1922, ocorreram as eleições municipais lageanas, sendo Otacílio Costa, com apoio de Hercílio Luz, eleito superintendente²⁰⁷. Quando tomou posse, em 1 de janeiro do ano seguinte, era o primeiro ocupante do cargo desde 1895 a não ostentar o sobrenome Ramos.

A vitória de Otacílio Costa significou o auge da influência hercilista na política catarinense. Com seus principais adversários fragorosamente derrotados, tendo o controle absoluto do partido e (re)eleito no governo estadual, Hercílio Luz iniciava o quadriênio 1922/1926 em uma posição de força. No entanto, não viverá o suficiente para desfrutar disso: seu estado de saúde deteriorou-se de maneira muito rápida, falecendo em 20 de outubro de 1924²⁰⁸²⁰⁹. O restante do mandato será exercido pelo vice-governador do estado, Antônio Pereira da Silva e Oliveira²¹⁰, mas a chefia dos antigos hercilistas passaria aos irmãos Konder, sendo consolidada com a eleição de Adolpho para o executivo catarinense em 1926²¹¹. A morte de Lauro Müller no mesmo ano significou o término de uma geração na política de Santa Catarina, abrindo caminho para a ascensão definitiva de uma nova liderança no estado.

3.2. Os Ramos na “Revolução de 1930”.

Após a morte de Hercílio Luz, em 1924, assumiu o governo estadual o vice-governador Antônio Pereira da Silva e Oliveira, um antigo amigo de Vidal Ramos, que promoveu uma última tentativa de reconciliação política da oligarquia catarinense na Primeira República. Todavia, a seção lageana do PRC, liderada por Otacílio Costa, não demonstrou nenhum entusiasmo pela proposta. Ademais, o já idoso Pereira e Oliveira não dispunha de autoridade ou energia suficiente para impor suas diretrizes ao partido e, assim, a ideia de conciliação acabou malogrando, caindo no completo esquecimento com a eleição de Adolpho Konder para o governo de Santa Catarina em 1926²¹². No mesmo

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 1281.

²⁰⁸ PIAZZA, (1984), *op. cit.*, p. 374.

²⁰⁹ Em uma homenagem póstuma, quando da inauguração da primeira ponte ligando a ilha de Santa Catarina ao continente, a 13 de maio de 1926, cuja construção Hercílio Luz iniciará quatro anos antes, receberia a grandiosa obra o nome de seu idealizador.

²¹⁰ SILVA, *op. cit.*, p. 102.

²¹¹ *Ibidem*, p. 131.

²¹² COSTA, *op. cit.*, p. 1285-1286.

ano, em um pleito relativamente tranquilo, o senador e ex-presidente do estado de São Paulo, Washington Luís, é eleito presidente do Brasil, sucedendo a Arthur Bernardes. Ao compor seu ministério, o novo mandatário convidou o irmão de Adolpho, Victor Konder, para ocupar a pasta da Viação e Obras Públicas²¹³ (a qual outro catarinense, Lauro Müller, já havia exercido no passado, entre 1902 e 1906, no governo de Rodrigues Alves).

Em sua administração Adolpho Konder promoveu a ocupação das regiões Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina, adquiridas no Acordo de Limites de 1916. Em verdade, nesses territórios já existia a muito tempo uma população sertaneja formada por caboclos sobreviventes da Guerra do Contestado. No entanto, o objetivo do governo catarinense era povoar a área a partir da migração interna de colonos de origem alemã e italiana provenientes do Rio Grande do Sul. O próprio Adolpho Konder realizou uma viagem oficial a região, em 1928, onde encontrou o presidente do estado gaúcho, Getúlio Vargas, para discutir as possibilidades de ocupação das terras²¹⁴. Com apoio de Victor no governo federal, também dedicou especial atenção ao Vale do Itajaí, principalmente na melhoria dos transportes, com destaque para a estrada Florianópolis-Itajaí-Joinville-São Bento-Porto União, a dragagem do Rio Cachoeira em Joinville e a expansão do porto de Itajaí²¹⁵.

As rédeas da política catarinense estavam, assim, firmemente nas mãos da família Konder, com Adolpho no governo do estado, Victor no Ministério da Viação e Obras Públicas e Marcos na dupla função de superintendente municipal de Itajaí e deputado estadual (sendo o líder da maioria no Congresso Representativo do Estado). Outra figura a ganhar destaque era o cunhado dos três, Irineu Bornhausen, então membro do Conselho Municipal de Itajaí e presidente do Partido Republicano Catarinense²¹⁶²¹⁷. Apesar da

²¹³ BARRETO, op. cit., p. 176-177.

²¹⁴ SILVA, op. cit., p. 132.

²¹⁵ Ibidem, p. 133.

²¹⁶ BARRETO, op. cit., p. 179.

²¹⁷ Irineu Bornhausen (1896- 1974) nasceu em Itajaí, sendo filho de João Bornhausen e Guilhermina Mônica Bittencourt. Trabalhou como despachante aduaneiro, sendo um dos fundadores, em 1935, do Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina – INCO. Iniciou sua carreira política como vereador em Itajaí (1923-1927, 1927-1930), sendo presidente do Conselho Municipal; presidente do Partido Republicano Catarinense – PRC (1927-1930); prefeito de Itajaí entre 1937-1939; um dos fundadores, em Santa Catarina, da União Democrática Nacional – UDN; governador do estado (1951-1956); em 1959 é eleito simultaneamente senador e deputado federal, optando pelo Senado (1959-1967). Em 1928 desposou Marieta Konder sendo pais de: Paulo Konder Bornhausen (1929), deputado estadual entre 1955 e 1959; Roberto Konder Bornhausen, diretor do Banco INCO, diretor, vice-presidente e presidente do UNIBANCO e presidente da FREBRABAN (Federação Brasileira de Bancos); e Jorge Konder Bornhausen (1937), vice-governador de Santa Catarina (1967-1971), governador do estado (1979-1982), senador (1983-1991, 1999-2007) e ministro da Educação (1986-1987). SILVA, op. cit., p. 161.

oposição dos Ramos, o PRC continuava sendo a única agremiação política em Santa Catarina, praticamente monopolizando as indicações eleitorais, com a nova direção do partido intimamente ligada aos comerciantes e industriais do litoral e Vale do Itajaí:

Os Konder eram ligados aos industriais blumenauenses e aos comerciantes do litoral que tinham uma formação liberal. A origem do liberalismo e do individualismo dos industriais de Blumenau deve ser entendida a partir da formação religiosa protestante dos imigrantes alemães, que veem a riqueza como proveniente do trabalho, acreditam na ética do trabalho e defendem que “cada um deve ganhar o pão com o suor de seu rosto”.²¹⁸

Em Lages, a administração de Otacílio Costa (1923-1926) procurou melhorar as comunicações, expandido a rede viária do município até Campo Belo, Capão Alto, Cajuru, Paineira, Coxilha Rica, Curitibanos, Blumenau, Campos Novos, Cerro Negro e Cerrito²¹⁹. A nova estrada Lages-Curitibanos, por exemplo, inaugurada em 1924, exigia, de automóvel, pouco mais de duas horas de viagem (pela antiga o percurso levaria dois dias)²²⁰. Findando o mandato de Otacílio, quem o sucede é seu primo Caetano Vieira da Costa (1870-1945), que seguirá as mesmas diretrizes em sua administração (1927-1930)²²¹. Afastados da superintendência municipal de Lages por Otacílio e Caetano Costa, os Ramos continuavam a margem da política, mas isso não significava que estivessem completamente subjugados. Em 1927, terminado seu mandato de senador, Vidal Ramos é eleito deputado federal através de um acordo com Adolpho Konder:

Quando terminei o mandato de nove anos no Senado, tencionava dar por terminada minha vida pública.
Tinha veemente desejo de voltar ao exercício de minha profissão de Fazendeiro de que sempre gostei e que foi o filão donde tirei os recursos para a manutenção e educação de uma numerosa família e ainda para deixar a todos os meus filhos e filhas um pequeno patrimônio.
Alguns amigos sinceros que aqui fiz ponderaram com insistência que eu estava errado.
Hugo [filho de Vidal] que também assim pensava, falou a respeito ao Antonio Carlos [então presidente do estado de Minas Gerais], nosso amigo.
Todos entendiam que a falta de um representante na bancada, no Senado ou na Câmara, enfraqueceria muito a minha corrente política no Estado.

²¹⁸ GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016, p. 118.

²¹⁹ COSTA, op. cit., p. 816.

²²⁰ Ibidem, p. 817.

²²¹ Ibidem, p. 818.

Antonio Carlos, então leader [sic] da política nacional, interpelou Adolpho Konder que respondeu que o seu partido (Partido Republicano Catarinense) não apresentaria chapa completa se eu fosse candidato à Câmara. Eu era, no momento, o candidato mais viável, não para o Senado do qual o situacionismo não abriria mão, mas para a Câmara, visto constar que o partido dominante não apresentaria chapa completa se eu me apresentasse. Compreendi desde logo que isso poderia ser menos uma prova de apreço, como diziam, do que o desejo de evitar os trabalhos e incertezas de um pleito eleitoral renhido.²²²

A eleição de Vidal para a Câmara Federal demonstrou que os Ramos ainda mantinham considerável influência e gozavam de boas relações com lideranças importantes de outros estados brasileiros.

Os acontecimentos políticos em Santa Catarina eram o reflexo de uma situação mais ampla que afetava todo o país. Os anos 1920 são turbulentos, com vários grupos exigindo maior participação na política nacional²²³. As classes médias urbanas desejavam reformas institucionais, como o voto secreto, enquanto o movimento operário que surgiu na rápida industrialização do país no início do século clamava por leis trabalhistas (jornada diária de 8 horas, extinção do trabalho infantil, etc.). Em alguns estados já eram organizadas novas legendas, formadas por membros dissidentes das elites regionais, como o Partido Libertador, do Rio Grande do Sul, e o Partido Democrático, de São Paulo²²⁴. Ligado a ambos, Nereu Ramos fundou o Partido Liberal Catarinense, PLC, em outubro de 1927, a fim de organizar a oposição em Santa Catarina²²⁵. No entanto, tais legendas ainda careciam da força necessária para enfrentar a muito bem estruturada máquina política dos partidos republicanos estaduais.

A crise de 1929, desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, piora a situação ao derrubar as exportações de café, então o principal produto brasileiro no mercado internacional²²⁶. Sua consequência direta é o fim do pacto oligárquico entre Minas Gerais e São Paulo, cujos mandatários até então se alternavam na presidência da

²²² RAMOS, op. cit., p. 102-103.

²²³ ARAÚJO, Bernardo Goytacazes. A instabilidade Política na Primeira República Brasileira. Revista Estudos Filosóficos, São João del-Rei, UFSJ, nº 3, 2009, p. 129-141.

²²⁴ CORRÊA, Carlos Humberto. Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984, p. 32.

²²⁵ Ibidem, p. 33.

²²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006. 26 f.

República, com poucas exceções²²⁷, na conhecida “política do café-com-leite”²²⁸. Nas articulações para sua sucessão, Washington Luís optou pelo nome do paulista Júlio Prestes de Albuquerque, o que desagradou as lideranças mineiras, especialmente o presidente do estado, Antônio Carlos, que viam nisso um rompimento da ordem política então vigente. Ultrajados, os mineiros apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas, na época presidente do Rio Grande do Sul, tendo como vice o paraibano João Pessoa, organizando a chamada “Aliança Liberal”, que também incluía grupos e legendas dissidentes de outros estados, como o PLC de Nereu Ramos. Vidal participou da campanha, mas numa posição secundária, como o próprio frisou:

Tomei parte ainda em outra campanha política, a da chamada Aliança Liberal, como auxiliar de Nereu que já era o chefe. Os trabalhos de propaganda e do pleito, dirigidos diretamente por mim na serra, foram árduos e dispendiosos. Não solicitei recursos do Comitê Central [da Aliança Liberal em Santa Catarina]. Fui auxiliado por meu irmão Belizário em Lages, e nos outros Municípios da região por dedicados companheiros neles residentes, que recusaram quaisquer auxílio pecuniário.²²⁹

Com exceção de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, as principais lideranças políticas dos demais estados brasileiros hipotecaram seu apoio à candidatura de Júlio Prestes. Este era o caso de Adolpho Konder que, apesar da estreita amizade que possuía com Getúlio Vargas, manteve-se ao lado de Washington Luís²³⁰. A campanha da Aliança

²²⁷ No caso os alagoanos Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), o fluminense Nilo Peçanha (1909-1910), o gaúcho Hermes da Fonseca (1910-1914) e o paraibano Eptácio Pessoa (1919-1922). Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) eram paulistas, enquanto Afonso Pena (1906-1909), Venceslau Brás (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919) e Arthur Bernardes (1922-1926) eram mineiros. Washington Luís (1926-1930), embora nascido no estado do Rio de Janeiro, construiu toda a sua carreira política em São Paulo.

²²⁸ O entendimento clássico sobre a política do café-com-leite está no revezamento de poder executado pelas oligarquias mineira e paulista através da presidência da República. São Paulo era o estado mais rico do país, sendo o principal produtor de café, enquanto Minas Gerais era, na época, o mais populoso, destacando-se pela produção de leite. Porém, outros estados, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, também possuíam acentuada importância no cenário político nacional durante a Primeira República Brasileira.

²²⁹ RAMOS, op. cit., p. 107-108.

²³⁰ “A tentativa dos gaúchos de provocarem a adesão do Presidente de Santa Catarina, Adolpho Konder, foi sugerida em telegrama cifrado de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas, em julho de 1929, para que o General Firmino Paim Filho tivesse uma conversa com o governante catarinense neste sentido. Entretanto, quem falou com Adolpho Konder foi A. Fagundes, que relatou em carta ao General Firmino sua conversa. Segundo ele, Adolpho Konder já havia hipotecado solidariedade ao Presidente Washington Luiz e comprometera-se a falar com seu irmão, o Ministro da Viação Victor Konder, para que o mesmo intercedesse junto ao Presidente a fim de ajudar a solucionar o impasse havido com o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas. Tal candidatura, segundo Adolpho, a seu ver teria sido precipitada, pois

Liberal em Santa Catarina era financiada pelos vizinhos gaúchos, mas sofria com a falta de uma estrutura partidária ampla e de uma imprensa específica para difundir sua propaganda²³¹. Além do pleito presidencial, também seriam eleitos os representantes catarinenses no Congresso Nacional, com Nereu Ramos concorrendo a uma vaga de deputado federal. Nas eleições subsequentes de 1 de março de 1930 a vitória é de Júlio Prestes, tendo recebido 1.101.904 votos em todo o país, contra 669.990 do candidato aliancista²³²²³³. Em Santa Catarina o situacionismo também venceu, mas não passou despercebida a expressiva contagem obtida por Getúlio Vargas no estado, superior a dez mil votos²³⁴. Outro resultado digno de nota foi a eleição de Nereu Ramos a Câmara Federal, com mais de vinte mil votos²³⁵, dos quais 5.738 apenas em Lages²³⁶.

A Aliança Liberal contestou imediatamente o resultado do pleito, alegando uma série de fraudes, e os ânimos permaneceram exaltados nos meses seguintes, insuflados com o assassinato de João Pessoa em 26 de julho. Apesar da tensão nacional, em Santa Catarina as atenções voltaram-se para a sucessão estadual. Adolpho Konder havia deixado o governo do estado para assumir a vaga aberta no Senado com a morte de Felipe Schmidt em maio. Em viagem ao Rio de Janeiro, Adolpho passou por São Paulo onde encontrou o presidente eleito Júlio Prestes, sendo convidado a ocupar uma posição em seu futuro ministério²³⁷. Para lhe suceder no executivo catarinense é eleito Fúlvio Coriolano Aducci²³⁸, que assume a função em 28 de setembro para o quadriênio 1930-1934, porém

lhe parecia que, em conversa com Washington Luiz, a tendência do Presidente pendia mais para Getúlio do que para Júlio Prestes e, se o primeiro tivesse esperado um pouco mais, seu nome poderia ter saído do próprio Catete. De qualquer maneira, o Presidente de Santa Catarina frisava bem que acompanharia o Presidente da República e, quem por ele fosse escolhido seria eleito". CORRÊA, op. cit., p. 37.

²³¹ Ibidem, p. 42. "Desta maneira, a campanha da Aliança Liberal em Santa Catarina, não possuindo a máquina governamental para custear as despesas, que não eram poucas, bem como tendo a maior parte das vezes que pagar as notícias em jornais de pequena circulação, desgastava fisicamente seus chefes, sempre os mesmos, que também se viam na necessidade de percorrerem milhares de quilômetros em más estradas. Tal não acontecia, naturalmente, com a propaganda governamental, pois já encontrava uma estrutura armada nos municípios para poder continuar o antigo sistema eleitoral, apoiado nos Prefeitos, juizes e outras autoridades estaduais e dos municípios".

²³² PIAZZA, op. cit., p. 387.

²³³ Costa, op. cit., p. 1295. Em Lages, Júlio Prestes obteve 1.943 votos, enquanto Getúlio Vargas alcançou 1.928. Verifica-se que a vitória situacionista na cidade foi inexpressiva, apesar da chapa oficial dispor a seu favor da máquina administrativa federal, estadual e municipal.

²³⁴ CORRÊA, op. cit., p. 44.

²³⁵ Ibidem, p. 45.

²³⁶ COSTA, op. cit., p. 1295.

²³⁷ CORRÊA, op. cit., p. 46.

²³⁸ Ibidem, p. 47. Dentro da alta cúpula do Partido Republicano Catarinense, o nome de preferência para suceder a Adolpho era o de seu irmão, Víctor Konder. Todavia, seu caráter incisivo poderia trazer dificuldades desnecessárias ao partido em um momento de grande tensão política e, assim, optou-se por Fúlvio Aducci, cunhado do falecido Felipe Schmidt, em uma candidatura de consenso.

seu governo durará menos de um mês, em decorrência da convulsão que envolveria o país. A 3 de outubro um levante armado contra o governo de Washington Luís teve início em Porto Alegre, rapidamente se alastrando por todo o Brasil, estourava assim a “Revolução de 1930”. O uso de aspas aqui, bem como no título do subcapítulo, denota as mudanças ocorridas na historiografia brasileira acerca das interpretações sobre os eventos de 1930, criticando mesmo a própria existência de um caráter revolucionário em tal movimento. A tomada de poder por Getúlio Vargas é entendida como um conflito intra-oligárquico, promovendo um rearranjo do jogo político nacional através da ascensão de uma burguesia industrial como força hegemônica no Estado, excluindo do processo a classe operária²³⁹.

Os preparativos para um movimento armado começaram logo depois da derrota de Getúlio Vargas na eleição presidencial, sendo intensificados após o homicídio de seu companheiro de chapa²⁴⁰. Desde março o Ministro da Guerra, general Sezefredo Passos, e o comandante da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba, general Eduardo Monteiro de Barros, alertavam sobre a entrada de armas no Paraná e Santa Catarina a partir do Rio Grande do Sul, recomendando atenção na divisa entre os estados catarinense e gaúcho e na fronteira com a Argentina²⁴¹. O governo de Santa Catarina recebeu avisos a respeito, mas Adolpho Konder e seu sucessor, Fúlvio Aducci, não deram credibilidade as informações, julgando tratar-se de boatos²⁴². No entanto, com as notícias desencontradas, a situação permanecia tensa.

Em Lages, principal reduto aliancista em território catarinense, Aristiliano Ramos tomava a frente na articulação do movimento²⁴³. Porém, quando o levante começou no Rio Grande do Sul, ainda levaria alguns dias para a mobilização completa das tropas. A 5 de outubro uma coluna vinda do estado gaúcho, comandada pelo general Ptolomeu de Assis Brasil, penetrou na região Sul de Santa Catarina, tomando Araranguá e seguindo rumo a capital²⁴⁴. No dia anterior, o 13º Batalhão de Caçadores, em Porto União, sublevava-se e, tomando a cidade, garantia o controle da ferrovia São Paulo-Rio Grande

²³⁹ Para mais informações sobre o debate historiográfico envolvendo os acontecimentos de 1930 ver: NAPOLITANO, Marcos. A roda da história quer girar mais rápido: a crise dos anos 1920. In: História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016. p. 71-91.

²⁴⁰ CORRÊA, op. cit., p. 49.

²⁴¹ Ibidem, p. 50.

²⁴² Ibidem, p. 51.

²⁴³ LENZI, op. cit., p. 100.

²⁴⁴ CORRÊA, op. cit., p. 53.

para a forças insurgentes²⁴⁵. Nereu Ramos estava em Florianópolis quando o levante teve início e precisou fugir pelo mar na noite do dia 5, acompanhado de alguns partidários, indo encontrar-se com as tropas rebeldes que avançavam pelo Sul²⁴⁶. A própria Lages seria ocupada, sem qualquer resistência, em 7 de outubro, pelas tropas de Aristiliano Ramos, após a fuga do superintendente Caetano Costa²⁴⁷. A seguir, descendo a serra rumo ao litoral, atravessando Bom Retiro e Barracão até São José, onde uniu-se a coluna do general Assis Brasil, passando suas unidades a assediar Florianópolis, onde Fúlvio Aducci estava entrincheirado²⁴⁸.

Como o Paraná havia aderido totalmente a insurgência logo nos primeiros dias do movimento rebelde, o governo federal transferiu a sede da 5ª Região Militar, agora comandada pelo general João Nepomuceno Costa, para a capital catarinense²⁴⁹. Diante do iminente ataque a cidade, as forças legalistas estabeleceram fortificações no alto do antigo cemitério público (atual Parque da Luz, no lado insular da Ponte Hercílio Luz), além de montar postos de observação nas torres da ponte e obstaculizar sua passagem com redes de arame e retirando o assoalho de pranchões da estrutura²⁵⁰. Os sitiantes cortaram o fornecimento de eletricidade para a ilha e logo os viveres desapareceram dos armazéns e depósitos²⁵¹. A situação era crítica quando, a 24 de outubro, tornou-se conhecida a notícia sobre a deposição do presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, e o estabelecimento de uma Junta Militar. Não havendo alternativas, a guarnição de Florianópolis rendeu-se as forças rebeldes, enquanto Fúlvio Aducci e os demais integrantes do governo estadual deixavam a cidade rumo ao Rio de Janeiro²⁵². No dia seguinte, as tropas do general Assis Brasil, nomeado interventor federal de Santa Catarina, entraram na capital do estado, recebidas por aclamação popular. Entre aqueles que discursaram da sacada do Palácio do Governo estava Nereu Ramos²⁵³.

Com a capitulação de Florianópolis, os insurgentes tomam o poder, iniciando um novo capítulo na política catarinense. Em 3 de novembro de 1930, no Rio de Janeiro, Getúlio Vargas é empossado na presidência da República, revoga a Constituição de 1891

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 55.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 56.

²⁴⁷ COSTA, op. cit., p. 1299

²⁴⁸ LENZI, op. cit., p. 101.

²⁴⁹ CORRÊA, op. cit., p. 56.

²⁵⁰ PIAZZA, op. cit., p. 409.

²⁵¹ CORRÊA, op. cit., p. 70.

²⁵² LENZI, op. cit., p. 102.

²⁵³ CORRÊA, op. cit., p. 72.

e nomeia interventores federais nos estados, como o general Assis Brasil em Santa Catarina²⁵⁴. O PRC é dissolvido e seus líderes presos e/ou exilados²⁵⁵, emergindo o Partido Liberal Catarinense, controlado pela família Ramos. Para garantir o processo revolucionário e instituir uma “nova ordem” política, o interventor Assis Brasil determinou a instalação de Comissões de Sindicância em todos os municípios do estado, substituindo os superintendentes e delegados locais por indivíduos de sua confiança²⁵⁶. Em Lages, por indicação de Aristiliano Ramos, assumiu o novo cargo de prefeito Octávio Ignácio da Silveira Filho, que já havia servido como vereador anteriormente²⁵⁷.

Embora tenha adotado um tom conciliador em sua administração, Assis Brasil desde logo sofreu uma silenciosa oposição de Nereu Ramos. Os políticos catarinenses estavam desagradados com um gaúcho chefiando o executivo estadual e desejavam ver um filho da terra ocupando o cargo²⁵⁸. Alegando problemas particulares, o interventor renunciou em abril de 1932, sendo substituído por seu meio-irmão, o major Rui Zobaram²⁵⁹. Outro gaúcho no governo de Santa Catarina aumentou ainda mais a animosidade da oligarquia catarinense e, diante das pressões, Zobaram acabou substituído, em abril de 1933, pelo coronel Aristiliano Ramos²⁶⁰. Sua escolha se deu graças a longa amizade que mantinha com Flores da Cunha, interventor federal do Rio Grande do Sul, que o recomendou ao presidente Getúlio Vargas²⁶¹.

A indicação de Aristiliano aprofundou sua cizânia com Nereu, que já vinha desde muito antes dos eventos de 1930. Apesar de compartilharem a liderança do PLC, os dois primos possuíam algumas divergências de opinião (e, provavelmente, também havia um certo ciúme pessoal entre ambos). Enquanto os liberais catarinenses estavam divididos entre “aristilianistas” e “nereístas”, os antigos líderes republicanos, Adolpho Konder e

²⁵⁴ Ptolomeu de Assis Brasil (1878-1935), natural de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, militar de carreira, ocupou o cargo de interventor federal de Santa Catarina entre 1930 e 1932. Renunciou alegando problemas de saúde, porém vinha sofrendo considerável pressão das lideranças políticas catarinenses, as quais haviam ficado a margem durante sua gestão. SILVA, op. cit., p.137-138.

²⁵⁵ A 9 de novembro Adolpho Konder é preso, no Rio de Janeiro; no dia 12 seu irmão, Victor seguia para a Europa; no mesmo dia, também no Rio, era preso Fúlvio Aducci. LENZI, op. cit., p. 103.

²⁵⁶ PIAZZA, 1984, op. cit., p.411.

²⁵⁷ COSTA, op. cit., p. 823.

²⁵⁸ CORRÊA, op. cit., p. 83.

²⁵⁹ Rui Zobaram (1889-1954), natural de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, era meio-irmão materno de Assis Brasil. Também seguiu uma carreira militar e ocupou o cargo de interventor federal de Santa Catarina entre 1932 e 1933. Sua gestão igualmente enfrentou forte pressão dos políticos catarinenses do PLC. SILVA, op. cit., p.139.

²⁶⁰ Ibidem, p. 139.

²⁶¹ LENZI, op. cit., p. 111.

Irineu Bornhausen, exilados no Rio de Janeiro, organizavam a oposição, recuperando sua base política no vale do Itajaí²⁶². Em maio de 1935, a Assembleia Constituinte Estadual, eleita no ano anterior, deveria escolher o novo governador de Santa Catarina, com Aristiliano Ramos e Nereu Ramos disputando a primazia. A oposição não lançou candidatura própria, sabedora da impossibilidade de vitória, deixando o embate para os primos Ramos²⁶³. Ao final, venceu Nereu, e Aristiliano passou a oposição, selando seu rompimento político e familiar.

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas instaura o “Estado Novo”, determinando a extinção dos partidos políticos existentes no Brasil, fechando o Congresso Nacional e nomeando interventores federais nos estados²⁶⁴. Nereu Ramos, então governador de Santa Catarina, tendo apoiado o golpe, foi mantido no cargo, agora como interventor:

A indicação de Nereu para a interventoria em novembro de 1937 foi muito bem trabalhada. Em janeiro daquele ano, precisamente no dia 26, Nereu compareceu ao encontro de governadores em Poços de Caldas, provocado pelo mineiro Benedito Valadares. À reunião compareceram os mandatários de Pernambuco e da Bahia. Os governadores reunidos teriam dado apoio às pretensões do então presidente Getúlio em endurecer o regime, em decorrência das precipitações e convulsões sociais que ocorriam. Era o golpe de novembro que estava sendo armado [...]. Nereu Ramos convalidou a deliberação e permaneceu no poder.²⁶⁵

O Estado Novo e a interventoria de Nereu representam o apogeu da família Ramos, um período de domínio absoluto na política catarinense, com a oposição marginalizada e suas siglas partidárias postas na ilegalidade. A gestão de Nereu ficou marcada pela campanha de nacionalização, principalmente na educação, atingindo de maneira dura as regiões de colonização alemã e italiana. Devemos lembrar que, em seu segundo mandato no governo estadual, entre 1910 e 1914, Vidal Ramos já havia patrocinado algumas medidas visando objetivos semelhantes, encarregando o professor Orestes Guimarães de realizar reformas na instrução pública de Santa Catarina. Porém, enquanto o professor Guimarães defendia um processo de nacionalização gradual das colônias, evitando ações repressivas, a campanha do Estado Novo assumiu uma postura mais radical: obrigação do ensino da língua portuguesa e seu uso na ministração das aulas, proibição de nomes

²⁶² SILVA, op. cit., p. 131.

²⁶³ Ibidem, p. 146.

²⁶⁴ LENZI, op. cit., p. 129.

²⁶⁵ Ibidem, p. 131.

estrangeiros nas escolas, os professores deveriam ser brasileiros natos, entre outros exemplos de ações levadas a efeito no período²⁶⁶.

Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, Nereu Ramos deixa o cargo de interventor e um novo equilíbrio político emerge tanto a nível nacional quanto estadual. Sem o autoritarismo e a centralização do Estado Novo, segundo Valdir Alvim da Silva, o país seguia “rumo ao novo processo de redemocratização, que implicava novamente na ocupação dos espaços de poder político, garantindo assim as condições necessárias ao surgimento de diversos novos Partidos Políticos”²⁶⁷. Nesse cenário emergem três grandes agremiações, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em Santa Catarina, Nereu Ramos articulou a formação do PSD ainda em 1945, enquanto a UDN constitui-se a partir das antigas lideranças “hercistas” do extinto Partido Republicano Catarinense, notadamente Adolpho Konder e Irineu Bornhausen, além do grupo dissidente de Aristiliano Ramos²⁶⁸. No período entre 1945 e 1964, o executivo estadual passará de um grupo para outro, conforme sopravam os ventos políticos, até o golpe civil-militar de 1964 provocar um novo rearranjo das forças políticas.

²⁶⁶ SILVA, op. cit., p. 147-148.

²⁶⁷ Ibidem, p. 149.

²⁶⁸ Ibidem, p. 150.

Considerações Finais

Este breve relato dos acontecimentos posteriores ao movimento de 1930, serve para ilustrar as mudanças e continuidades ocorridas na política catarinense na transição da Primeira República para a Era Vargas e a posterior República de 46 (em alusão a Constituição de 1946). Os integrantes da família Ramos demonstraram uma notável capacidade de sobrevivência e adaptação política ao longo do tempo, assimilando as derrotas, principalmente dos anos 1920, e pavimentando seu caminho de volta ao poder. Em parte, isso ocorreu devido a existência de uma base eleitoral atrelada ao capital econômico dos Ramos, que se manteve presente mesmo nos momentos de maior abalo da família, quando da vitória de Otacílio Costa para a superintendência municipal de Lages. Também a intrincada rede de parentescos e amizades, desenvolvidas no decorrer de um século por quatro gerações, desde Laureano até Nereu Ramos, lhes permitiu manter contatos e alianças estratégicas para a manutenção de sua influência.

No trabalho que ora se finda, procuramos analisar uma parte da história catarinense que ainda permanece presente no cotidiano de muitas pessoas. Posso incluir-me entre elas, pois diversas vezes esperei o ônibus que me levaria a universidade em um ponto localizado numa praça chamada “Governador Celso Ramos”, a vista da sisuda estátua dessa figura. Embora não tenha sido um personagem do presente estudo, ao galgar o governo de Santa Catarina em 1961, Celso Ramos fez isso sobre os degraus construídos antes por seu irmão, pai e avô. A hereditariedade do poder torna a política o espaço de alguns poucos privilegiados, que controlam partidos, mídias e outras instâncias de influência na sociedade. A temática da História Política, agora renovada em seus conceitos e metodologia, tem se mostrado uma ferramenta útil para o exame de tais práticas, contribuindo para um melhor entendimento das relações políticas, não apenas do passado, mas também de nossa atualidade. Assim, Rafael Willian Clemente arremata declarando:

Portanto, o trabalho de um historiador que pesquisa objetos mais intimamente ligados ao econômico terá características distintas do historiador que analisa dados de história cultural. Contudo, esses objetos, esses fatos, circulam sob a órbita de vários campos da história enquanto disciplina. Logo, o que a princípio é político afeta o social, o cultural, o econômico e assim por diante, pois as relações no campo da história são como átomos agitados que percorrem os mais variados caminhos e na estrada da história

estamos em uma via de mão dupla, em que os encontros e desencontros metodológicos são inevitáveis.²⁶⁹

Os integrantes da família Ramos ainda ocupam uma posição privilegiada na memória coletiva de Santa Catarina. Em Florianópolis, por exemplo, seus nomes estão presentes em importantes espaços sociais. Além da referida praça em sua homenagem, localizada numa “área nobre” da cidade, Celso Ramos ainda empresta seu nome a um dos maiores hospitais do estado. Seus irmãos Nereu e Mauro Ramos também são homenageados com, respectivamente, outro grande hospital e uma das principais avenidas da capital. Já o pai do trio, Vidal Ramos, é lembrado em uma rua na região central, próxima a Catedral Metropolitana de Florianópolis. Essa presença simbólica perpetua a imagem de poder dos Ramos, mesmo passados mais de cinquenta anos desde a última vez que um membro da família ocupou o executivo estadual.

O uso da memória como instrumento de dominação sociopolítica é uma importante questão para aqueles que se propõem a analisar uma História Política. Em tempos de revisionismo histórico, onde muitos questionam a existência de estátuas e monumentos enaltecendo figuras polêmicas, como bandeirantes e traficantes de escravizados, torna-se imperativo entender a quem interessa a manutenção desse tipo de memória. O mesmo acontece com a exaltação de lideranças oligárquicas, a exemplo dos Ramos, e sua permanência na vida pública.

Obviamente, não pretendemos (e, também, não possuímos as condições para tal) esgotar o assunto em um único trabalho, assim acreditamos que tanto a temática da História Política quanto a própria história da família Ramos ainda serão capazes de render muitas outras páginas. Assim sendo, esperamos ter contribuído de alguma maneira ao debate, além de trazer questionamentos pertinentes para novas pesquisas. Por fim, da mesma forma que este trabalho seguiu um caminho anteriormente pavimentado por outros historiadores, também contamos fazer igual.

²⁶⁹ CLEMENTE, Rafael Willian. História Política e a “Nova História”: um breve acerto de contas. Cadernos UniFOA, Edição nº 16, p. 45-50, agosto/2011.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas Neoliberais no Brasil: As Privatizações nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.** 427 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2010, p. 38.

ANDRADE, Léo Rosa de. **A estrutura coronelística de dominação: análise de um caso.** 133 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 1984.

ARAÚJO, Bernardo Goytacazes. **A instabilidade Política na Primeira República Brasileira.** Revista Estudos Filosóficos, São João del-Rei, UFSJ, nº 3, 2009, p. 129-141.

BARRETO, Cristiane Manique. Entre Laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir José (org.). História e Poder: A reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003, p. 170.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs). Questões para a história do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 127-130.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAMPOS, Adriano de. **Oligarquias em disputa: Ramos x Konder.** Florianópolis: Revista Catarinense de História, v 11, n 1, 2017, p. 89-97.

CLEMENTE, Rafael Willian. **História Política e a “Nova História”:** um breve acerto de contas. Cadernos UniFOA, Edição nº 16, p. 45-50, agosto/2011.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas**: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens**: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 4v.

Entre a colheita e a semeadura: GONÇALVES, Janice e MATOS, Felipe. O programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e a historiografia catarinense. In: RAMOS, Maria Bernadete e BRANCHER, Ana Lize (orgs). *Historiografia 35 anos*. Florianópolis; Letras Contemporâneas, 2011, p. 13-29.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006. 26 f.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história”**: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, n. 10, 1992.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016, p. 118.

KONDER, Marcos. **Lauro Müller**: Ensaio Biobibliográfico (2ª. Edição). Florianópolis: Imprensa Oficial, 1957.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 3ª ed., 1997.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1983, p. 84.

LIMA, Guilherme da Conceição de. **Confrontos Periódicos**: Os embates entre Liberais e Conservadores nos jornais de Desterro durante o Governo Gama Rosa em Santa

Catarina (1883-1884). *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, UFSC, v.11, n.2, 2017, p. 64-76.

LUNARDELLI, Diego. **As marcas do legalismo autoritário em Desterro**. Orientador: MACHADO, Paulo Pinheiro. 2020. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. A roda da história quer girar mais rápido: a crise dos anos 1920. In: **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 71-91.

POLUCENO, Wilmar Eduardo. **A Guerra do Contestado sob o olhar da imprensa florianopolitana**. *Revista Santa Catarina em História*, UFSC, v.2, n.2, 2008, p. 24-30.

PIAZZA, Walter Fernando. **O poder legislativo catarinense**: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PRESA, Juliana Brocca. **Reforma Educacional “Orestes Guimarães”**. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, UFSC, v. 1, n. 1, 2009, p. 4.

RAMOS FILHO, Celso. *Coxilha Rica: Genealogia da Família Ramos*. Florianópolis: Insular, 2002.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Notas sobre minha vida, discursos e correspondências**. Florianópolis: IHGSC, 2005, p. 224: il. (Coleção Catarina, 7).

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

RÉMOND, René. **Por que a história política?** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, volume 7, número 13, 1994, p. 7-19.

SCHARF, Elisabete Weber. **Política, briga e imprensa:** Críticas à Felipe Schmidt através do jornal *República*. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, UFSC, v.2, n.2, 2008, p. 18-23.

SILVA, Valdir Alvim da. **Poder político e políticas públicas:** inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – uma história de dominação de classe. 318 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

VOLTOLINI, Anderson Francisco Floriani. **A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná:** uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, UFSC, v.1, n.2, 2009, p. 31-38.

WOLFF, Cristina S. **Historiografia Catarinense:** uma introdução ao debate. Florianópolis: *Revista Catarinense de História*, n 3, 1994, p. 5-15.